

O IMPACTO SOCIAL DO PROGRAMA BOLSA-ESCOLA NO DISTRITO FEDERAL¹

MARIA THEREZINHA DE LIMA MONTEIRO²

Introdução

O programa "Bolsa-Escola" foi instituído pelo Decreto 16.270 de 22 de janeiro de 1995 e regulamentado pela Portaria 16 de 09 de fevereiro de 1995, com o objetivo de atender famílias carentes com um salário mínimo mensal durante vinte e quatro meses, desde que mantenham seus filhos de sete a quatorze anos matriculados nas escolas públicas do Distrito Federal, com frequência mensal de 90% dos dias letivos, residir no Distrito Federal por cinco anos consecutivos, ter renda mensal familiar "per capita" de meio salário mínimo.

Ao lado do programa "Bolsa-Escola", há também a "Poupança-Escola", que é utilizada como incentivo adicional, criada pela Lei nº 890 de 24/07/95 para melhorar o rendimento escolar dos alunos bolsistas, em parâmetros de reforçamento extrínseco.

Os recursos para a "Bolsa-Escola" e "Poupança-Escola" são oriundos da arrecadação de tributos do Distrito Federal, consignados anualmente no orçamento.

¹ Pesquisa patrocinada pela Secretaria da Educação do Distrito Federal mediante licitação pública. Convênio com a Universidade Católica de Brasília – UCB. Brasília, DF. 1999.

² Professora de Epistemologia Genética no Curso de Mestrado em Educação, área de Ensino e Aprendizagem. Universidade Católica de Brasília – UCB.

Desta forma, as famílias beneficiadas pela Bolsa-Escola têm seus filhos também reforçados pela Poupança-Escola, cujos proventos são depositados em contas especiais com retirada de uma parte ao final da quarta e da oitava séries do Ensino Fundamental e ao final do curso de segundo grau.

O objetivo da "Poupança-Escola" é estimular o desempenho escolar dos bolsistas e ex-bolsistas e a sua permanência na escola até a conclusão do segundo grau. Destina-se também aos filhos de famílias bolsistas maiores de quinze anos que continuarem estudando.

A Secretaria da Educação é a gestora dos programas, com uma Comissão Executiva, cujas atribuições são supervisionar e coordenar a operacionalização das atividades.

O presente estudo teve como objetivo detectar o "Impacto Social da 'Bolsa-Escola' no Distrito Federal", focalizando suas vantagens e possíveis erros, procurando constatar:

- se as famílias contempladas se enquadravam rigorosamente dentro dos critérios estabelecidos pelo programa "Bolsa-Escola";
- se os alunos, que foram contemplados no programa, já estudavam anteriormente;
- se os responsáveis pela criança bolsista deixaram de trabalhar porque seus filhos receberam o benefício da "Bolsa-Escola";
- se os alunos engajados no programa "Bolsa-Escola" são mais freqüentes que os alunos fora do programa;
- desligamentos do programa "Bolsa-Escola" com seus respectivos motivos

Fundamentação Teórica

Em quase todos os países as propostas de rendimento mínimo ou de renda de cidadania encontram seguidores entre filósofos, economistas e teóricos da educação. A retrospectiva histórica demonstra que os fundamentos da proposição acompanham a história da humanidade.

"Estão presentes nos escritos de Aristóteles, em 300 A. C., quando na 'Política' afirma que a 'finalidade da política é a vida

justa, que é alcançada através da prática do bem comum'. Também são encontrados nas palavras do apóstolo S. Paulo, nos ensinamentos do Alcorão e em Thomas More, no seu livro *Utopia*, de 1.516" (1998, p.1)³.

A evolução histórica objetiva a idéia da renda mínima ou do imposto negativo em escritos e fatos sócio-históricos marcantes.

No Brasil, os primeiros economistas a proporem uma renda mínima na forma de um imposto negativo foram Antônio Maria Silveira (1975), Edmar Bacha e Roberto Mangabeira Unger (1978) (ibid.).

Perante as conseqüências dos avanços da tecnologia e da globalização da economia, com as desigualdades sociais causadas e agravadas pela falta de educação e de saúde das camadas menos privilegiadas, muitos serão os excluídos dos bens culturais.

Um estudo realizado pela UNICEF (1997)⁴ acentua que "no Brasil, os programas de renda mínima têm sido protagonizados pelos governos municipais objetivando a complementação da renda familiar, vinculando esta à inserção de crianças e jovens em Serviços sociais básicos e, em particular, na escola pública. Outra modalidade que se destaca é a bolsa-escola, um benefício em dinheiro destinado a crianças e adolescentes, objetivando a erradicação do trabalho infantil (conforme a experiência do governo federal em cooperação com os governos estaduais) e a freqüência ou sucesso escolar (experiência do Distrito Federal) entre outros. O Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima (PGRFM), promovido pela Prefeitura Municipal de Campinas, tem sido divulgado amplamente no Brasil, tornando-se referência para muitas outras prefeituras. Recentemente, destaca-se a expansão

³ Governo do Distrito Federal/Secretaria da Educação/Fundação Educacional. **Manual de Execução dos Programas Bolsa-Escola e Poupansa-Escola**. Imprensa Gráfica da Fundação Educacional do Distrito Federal, 1998, p.1)

⁴ O Programa de Renda Mínima de Campinas. Instituto de Estudos Especiais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. UNICEF, 1997.

de programas dessa natureza protagonizados por outros governos municipais⁵.

O programa foi implantado, no Distrito Federal, em 3 de janeiro de 1995, na Escola Classe do Paranoá e seu objetivo foi promover a admissão e a permanência na escola pública de crianças em idade de 7 a 14 anos completos, em condições de carência material e precária situação social e familiar (Idem, p.5).

O programa apresenta como normas de seleção de candidatos para a obtenção da "Bolsa-Escola", além dos critérios já mencionados, a prioridade de famílias com: (1) crianças ou adolescentes que cumpram medidas de proteção especial ; (2) adolescentes que cumpram medidas socioeducativas; (3) dependentes idosos ou portadores de deficiência, incapazes de prover o próprio sustento; (4) crianças desnutridas com acompanhamento na rede pública de saúde; (5) maior número de dependentes com idade de zero a quatorze anos; (6) residência em região administrativa identificada como mais carente (Ibidem).

Considerando os resultados da "Bolsa-Escola", em termos dos benefícios oferecidos e das possíveis falhas, merece destaque o estudo realizado pela UNICEF/UNESCO/PÓLIS (1998, pp. 163-164)⁶, focalizando alguns pontos a serem considerados pelos gestores e executores do programa "Bolsa-Escola" no Distrito Federal, além de oferecer sugestões aos professores, visitantes e beneficiários. Assim, vários são os pontos levantados pela pesquisa "Melhoria Educacional e Redução da Pobreza".

Um outro estudo realizado por uma equipe de estudantes do Curso de Mestrado em Educação, área de ensino e aprendizagem, da Universidade Católica de Brasília, sob a coordenação da autora do presente projeto, "A Epistemologia Implícita no Programa Bolsa-Escola no Distrito Federal",

⁵ Segundo estudos do IPEA, "Programas de Garantia de Renda Mínima", até junho/96 haviam 76 municípios implantando e/ou implementando programas dessa natureza. In O Programa de Renda Mínima de Campinas. Instituto de Estudos Especiais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. UNICEF. 1997.

⁶ ABRAMOVAY, M., ANDRADE, C., WAISELFISZ, J. J. (coord.). **Bolsa Escola. Melhoria e Redução de Pobreza.** Projeto Conjunto: UNESCO, UNICEF, PÓLIS. Edições UNESCO-Brasil. 1998.

constatou que os parâmetros de distribuição e de controle de benefícios, tanto da "Bolsa-Escola" quanto da "Poupança-Escola", configuravam uma Epistemologia mais por "Prêmios e Castigos" do que uma Epistemologia "Behaviorista" de base empirista, como pretendia deixar transparecer. Ora, se de acordo com o programa "Bolsa-Escola" cada família recebe um salário mínimo por mês (Decreto N.º 16.270 de 22 de janeiro de 1995) e se cada criança é incentivada com mais um salário mínimo ao final de cada ano letivo (Lei N.º 890 de 24 de julho de 1995), formulou-se a hipótese sobre o possível desenvolvimento de uma Epistemologia Behaviorista, com base no reforçamento extrínseco. Contudo, perante a falta de critérios, operacionalmente definidos, para a avaliação do rendimento escolar, observou-se certa contradição entre a situação de fato e a de direito: segundo o texto da lei, o aluno aprovado ao final de cada ano letivo deveria receber o benefício da "Poupança-Escola", mas na realidade não havia reprovação, mas integração da criança sem rendimento em classes de recuperação. Além disso, o estudo detectou que 27,27% de crianças beneficiadas não possuíam material escolar; o rendimento do bolsista variava de regular para ruim em 45,44% dos casos, com 37,5% das crianças em recuperação; os recursos disciplinares adotados pelos responsáveis para a criança ir à escola variavam da coação à agressão física em 54,53% dos casos estudados. Dada a premência da frequência escolar para a família receber o salário referente à "Bolsa-Escola", alguns professores eram pressionados a abonar as faltas de alguns alunos, sem contar o elevado número de pais que não estavam trabalhando (34,3% de pais, 53,1% de mães) (Monteiro et al., 1998)⁷. Logo, os resultados sugeriram que os critérios, tanto para o ingresso das famílias no programa "Bolsa-Escola" quanto para a avaliação do rendimento escolar para a criança receber os benefícios da "Poupança-Escola" deveriam sofrer revisão.

⁷ Monteiro, M. T. de Lima (Coord.), Ferrari, E. M. M., Dias, T. C., Rodrigues, D. T. e Santos, M. G. A Epistemologia Implícita no Programa Bolsa-Escola no Distrito Federal. 1997. II Jornada de Produção Científica das Universidades Católicas do Centro-Oeste (II JPC-UCCO), 26-28 de outubro de 1998.

Na realidade, perante a situação da educação em nosso país, a aliança da renda mínima com a política educacional, que exige como contrapartida a manutenção da criança na escola, objetiva elevada relevância social.

Estudos avaliativos do Programa Bolsa-Escola têm, portanto, como objetivo melhorar tanto seu desempenho, como detectar indicadores válidos sobre seus resultados e impacto social.

O presente trabalho teve como objetivo essencial detectar resultados objetivos do programa "Bolsa-Escola", focalizando verdadeiras mudanças no estilo de vida do bolsista e de sua família, bem como detectar o valor do trabalho no interior das famílias assistidas para que o programa não se transforme em mero assistencialismo.

Metodologia

Estudo de campo com coleta de dados por meio de entrevistas semi-estruturadas e estruturadas.

1. Sujeitos

Cento e vinte crianças de sete a quatorze anos completos, nível sócioeconômico baixo e engajadas no programa "Bolsa-Escola" do Distrito Federal, foram selecionadas aleatoriamente de um universo composto das regiões mais carentes do Distrito Federal, segundo avaliação da CODEPLAN (Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central), em termos da renda bruta média familiar e per capita por região administrativa (Distrito Federal, 1997). As regiões incluídas foram: Paranoá, Recanto das Emas, São Sebastião, Samambaia e Santa Maria.

Os sujeitos focalizados para a análise dos motivos relativos aos desligamentos do programa, em número de 90, foram selecionados do universo total composto pelos inscritos no programa nos anos de 1995 a 1998 em todo o Distrito Federal.

2. Material

- 2.1. Roteiro de entrevista estruturada e semi-estruturada.
- 2.2. Contingente humano:
 - 2.2.1 Observadores diretos e entrevistadores: 30
 - 2.2.2 Analista de sistema: 01
 - 2.2.3 Secretário: 01

3. Procedimentos

O processo de amostragem foi feito nos parâmetros do SIPESQ (Sistema de Pesquisa)⁶, desenvolvido especificamente para este estudo, nas seguintes fases: (1) 10% das escolas de cada uma das cinco regiões mais carentes do Distrito Federal, aleatoriamente escolhidas; (2) 10% do total das crianças beneficiadas pela "Bolsa-Escola" freqüentando as escolas anteriormente sorteadas, escolhidas também de modo casual, perfazendo um total de 120 crianças.

Os motivos relativos aos desligamentos, ocorridos de 1995 a 1998, foram analisados em 90 famílias, que foram visitadas e entrevistadas, fazendo-se uma análise comparativa entre os resultados da entrevista e o contatado nas respectivas fichas de cada família.

Todas as mães e todas as crianças selecionadas foram entrevistadas com o auxílio de roteiros semi-estruturados.

Professores(as), Diretores(as) e responsáveis foram entrevistados com roteiros especiais.

As mães das famílias desligadas foram entrevistadas focalizando-se em destaque os motivos dos desligamentos.

A coleta de dados foi desenvolvida nas seguintes fases:

- 1) Visita à escola para o exame da pasta de cada criança, focalizando-se dados específicos.
- 2) Visita à escola para entrevistar a criança.
- 3) Visita à escola para entrevistar os(as) Professores(as) e o(a) Diretor(a).

⁶ SIPESQ: Sistema de Pesquisa – Desenvolvido em Visual Basic 4.0.

- 4) Visita à família para entrevistar a mãe, responsável pelo recebimento do auxílio.
- 5) Visita às famílias vítimas dos desligamentos do programa "Bolsa-Escola".

**PRIMEIRA PARTE DA PESQUISA:
FAMÍLIAS LIGADAS AO PROGRAMA BOLSA-ESCOLA**

Resultados e Discussão

Os dados objetivaram: melhoria de vida das famílias, escolarização dos pais, estudo da criança antes do ingresso no programa Bolsa-Escola (B-E), realização das tarefas escolares, punição da criança por faltas, vigilância dos responsáveis na porta da escola para garantir a frequência escolar, suspensão da família da B-E, conhecimento dos critérios e das prioridades para o ingresso na B-E, conhecimento dos motivos levando à perda do benefício, trabalho da criança antes e depois do ingresso no programa, retiradas e critérios para a utilização do dinheiro da Poupança-Escola (P-E), desejo para continuar os estudos, profissão mais desejada, utilização do dinheiro da Bolsa-Escola, avaliação do programa pelas mães, pelos professores (as) e pelos diretores(as), vantagens, desvantagens e como melhorar o programa B-E, auto-estima das famílias e das crianças beneficiadas pelo programa B-E.

Das 120 mães entrevistadas, 97% declararam ter melhorado de vida e 3% não deram informações. As justificativas variaram desde a melhora do poder aquisitivo, educação dos filhos, melhor alimentação até a maior felicidade e estímulo para viver. De modo geral o programa beneficiou as famílias em todos os aspectos, com 5% delas vivendo exclusivamente da Bolsa-Escola.

O nível de escolarização predominante entre os pais foi o Ensino Fundamental Incompleto: 67,6% entre os pais e 60,85% entre as mães. O índice de analfabetismo atingiu 14% entre os pais e 10% entre as mães, mas constatou-se também segundo

grau completo entre os pais (2,5%) e entre as mães (1,66%) (cf. gráficos 1 e 2).

Gráfico 1 – PAI

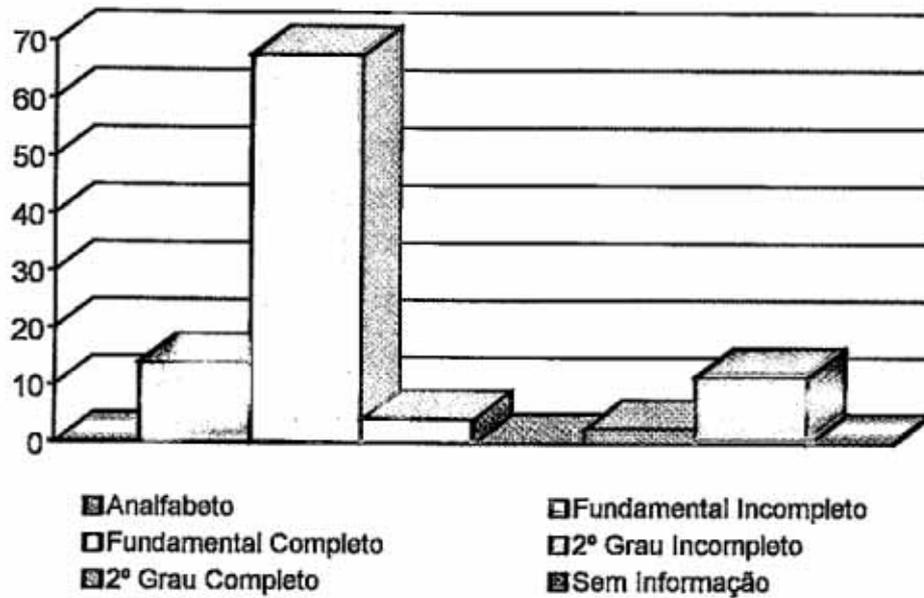
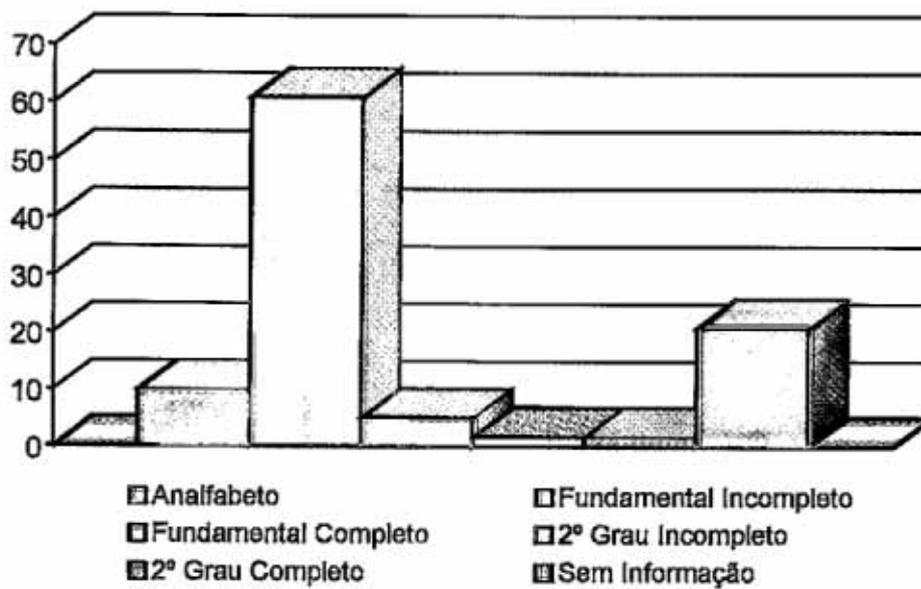
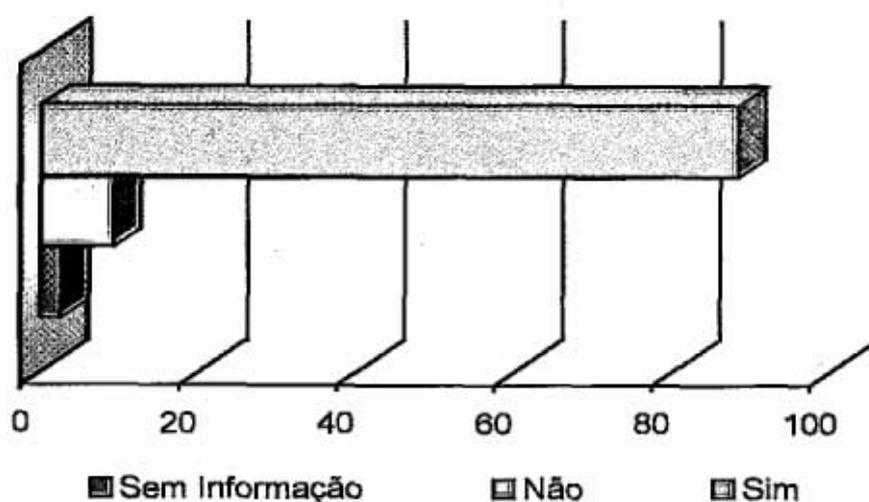


Gráfico 2 – MÃE



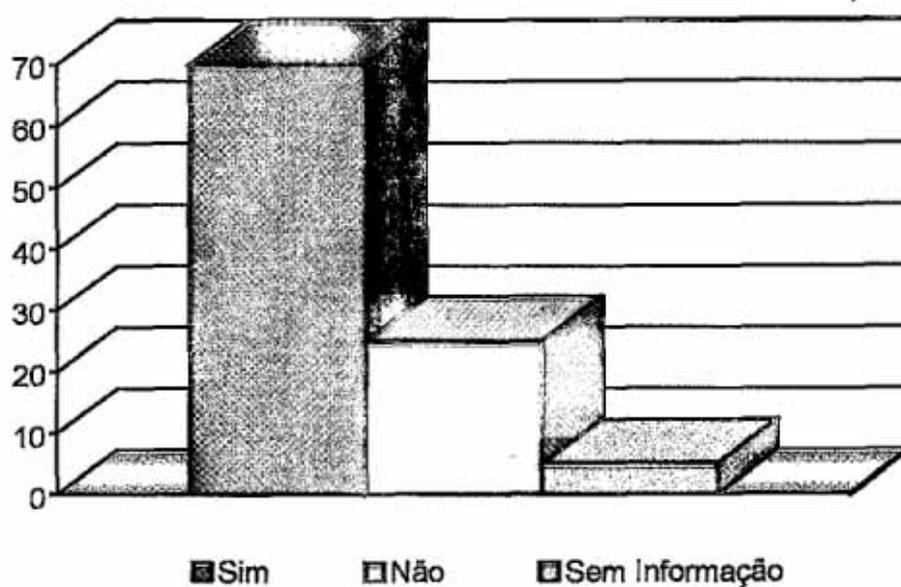
Considerando-se a criança já freqüentando a escola antes ou depois da admissão no programa B-E, constatou-se que 88,33% já estavam matriculadas e apenas 9,16% estavam fora da escola. Dentre as últimas não foi possível detectar aquelas que se encontravam na rua pedindo ou trabalhando de vendedora (cf. gráfico 3).

Gráfico 3 – Criança estudava antes da Bolsa-Escola



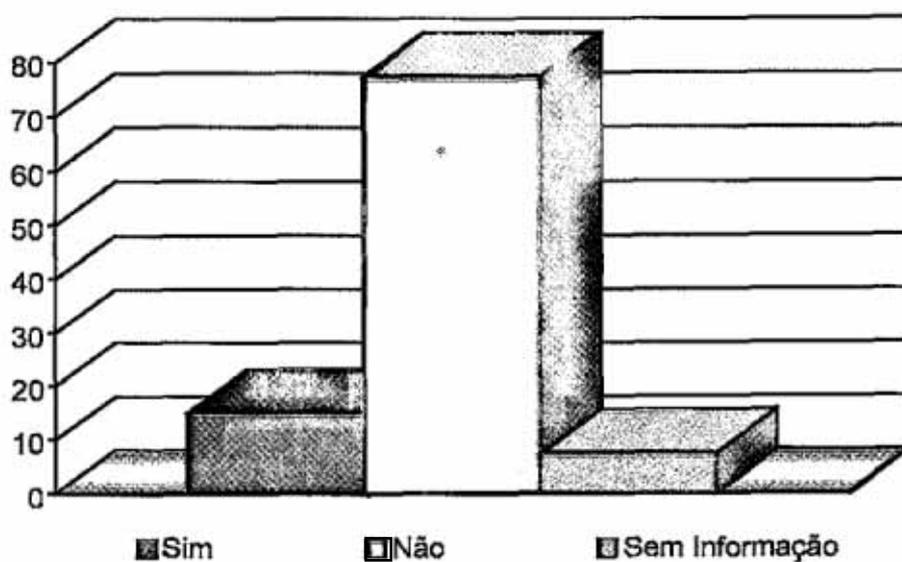
As tarefas escolares eram realizadas por 93,33% das crianças com supervisão de qualquer membro da família e 1,66% declararam não receber tal auxílio, segundo o depoimento das mães. As tarefas eram feitas no quarto sobre a cama, na cozinha sobre a mesa ou na sala sobre o sofá ou sobre a mesa. Entretanto, de acordo com a entrevista da criança, a supervisão atingiu somente 70% dos casos, com 25% realizando-as sem qualquer auxílio (cf. gráfico 4).

Gráfico 4 – Supervisão das tarefas



A punição por faltas, segundo as crianças, atingiu 15%, com 7,5% sem informações (cf. gráfico 5).

Gráfico 5 – Punição por faltas



A vigilância na porta da escola para a criança não fugir às aulas foi de 1,66% de acordo com a informação das mães (cf. gráfico 6), mas de acordo com a criança tal vigilância atingiu 10,84% (cf. gráfico 7)

Gráfico 6 – Informação das mães

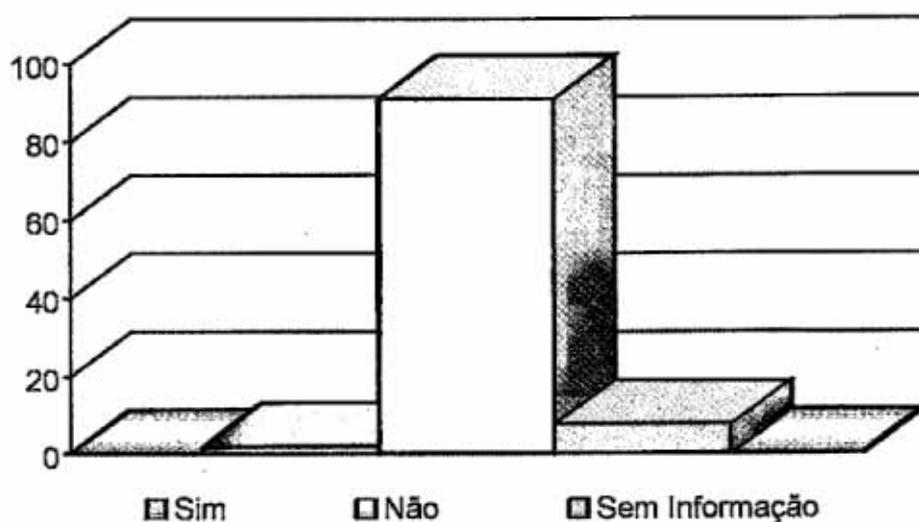
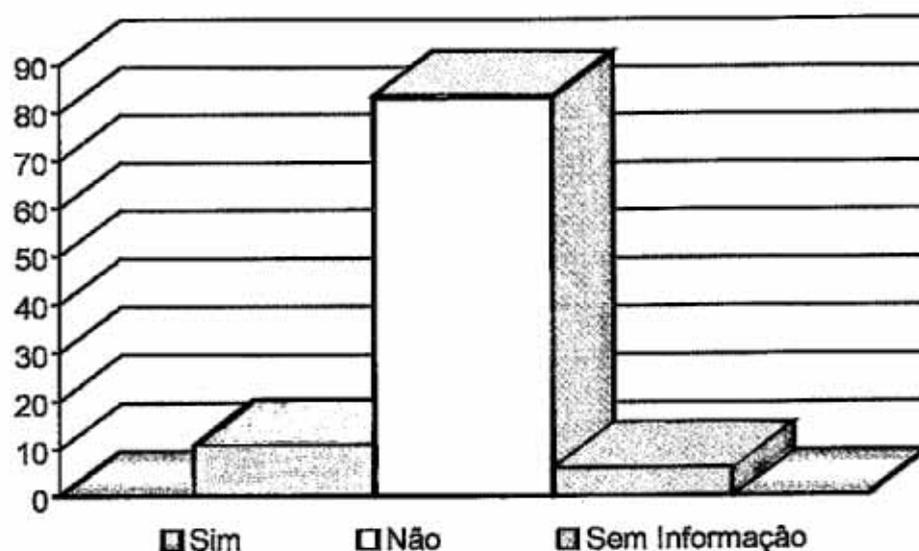
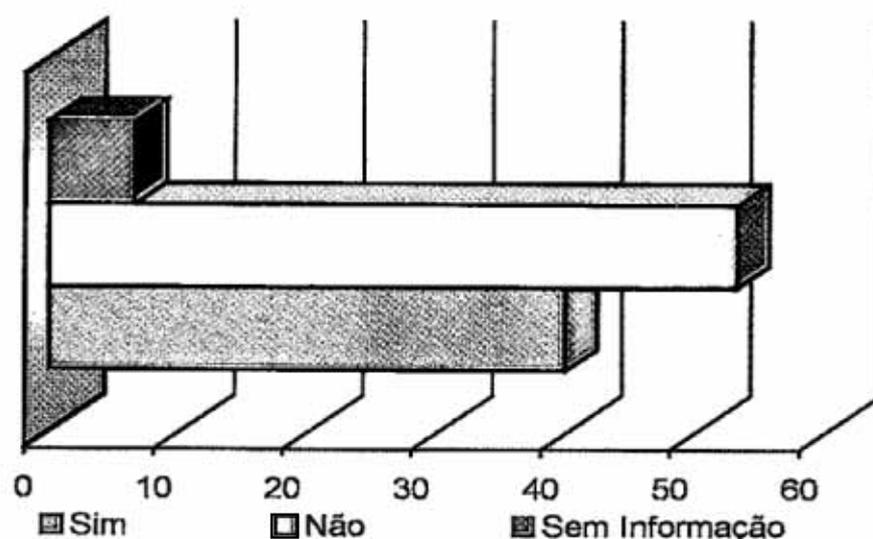


Gráfico 7 – Informação das crianças



A suspensão da Bolsa-Escola incidiu em 40% dos casos, segundo as mães, cujos motivos estavam ligados às transferências da criança de uma escola para outra sem informações à Secretaria da Educação e faltas da criança às aulas. Outros motivos menos frequentes se referiram às denúncias, doenças da criança e falta de declaração da escola (cf. gráfico 8).

Gráfico 8



O conhecimento dos critérios para o ingresso no programa B-E foi de 88,33% (cf. tabela 1)

Tabela 1

CONHECIMENTO DOS CRITÉRIOS B- E					
SIM		NÃO		SEM INFORMAÇÃO	
N	%	N	%	N	%
106	88,33	6	5	8	6,66

As prioridades para o ingresso no programa B-E foram observadas em 0,83% dos casos com filho sob proteção especial, 10% com a presença de idosos e deficientes, mas 8,33% apresentaram crianças desnutridas de até seis anos de idade (cf. tabela 2).

Tabela 2

PRIORIDADES PARA O INGRESSO B- E									
Filho proteção especial		Adolescente liberdade vigiada		Idosos		Deficientes		Criança desnutrida (até 6 anos)	
N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1	0,83	0	0	6	5	6	5	10	8,33

Considerando-se o número de dependentes constatou-se 31,67% das famílias com 3 filhos e 16,67%, com 4 e 2 filhos (cf. tabela 3).

Tabela 3

PRIORIDADES PARA O INGRESSO B- E													
Nº de dependentes	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Sem informação
Nº de famílias	4	20	38	20	10	3	1	2	0	0	0	1	21
%	3,33	16,67	31,67	16,67	8,33	2,5	0,83	1,66	0	0	0	0,83	17,5

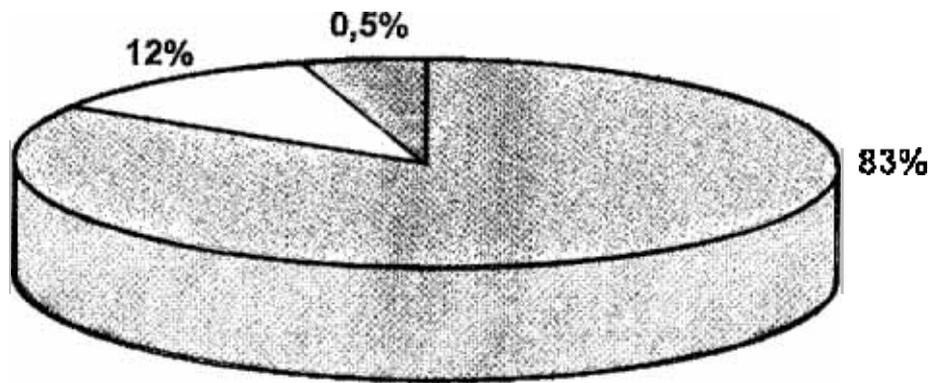
Considerando-se os motivos que levam ao desligamento do programa, ou seja, a perda do benefício, 75,83% tinham conhecimento de tais motivos, tais como: faltas da criança, renda per capita acima de meio salário mínimo, devendo a família permanecer no estado de miséria. (cf. tabela 4)

Tabela 4

CONHECIMENTO DOS MOTIVOS DE DESLIGAMENTOS					
SIM		NÃO		SEM INFORMAÇÃO	
N	%	N	%	N	%
91	75,83	22	18,33	7	5,83

Assim , a permanência no programa exige a frequência escolar da criança e a permanência em estado de carência e 83,34% das famílias tinham consciência das exigências legais (cf. gráfico 9).

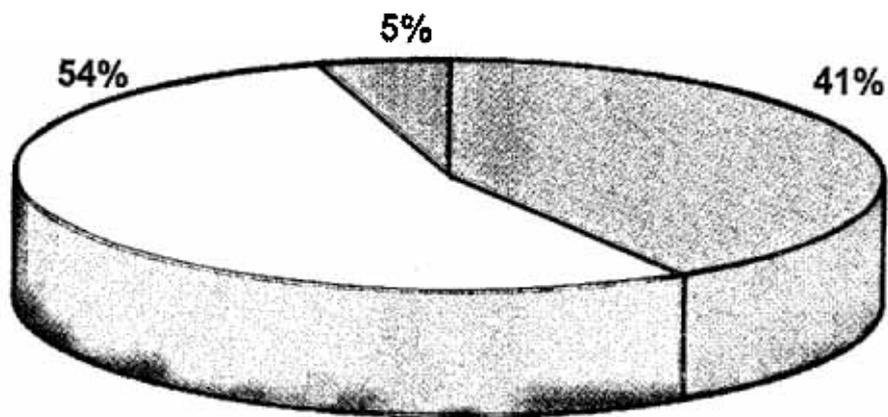
Gráfico 9



□ Sim □ Não ■ Sem Informação

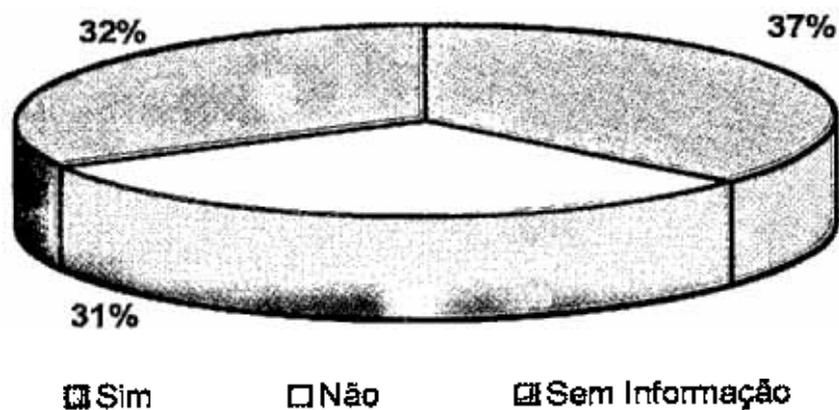
Quanto ao trabalho atual dos pais, constatou-se que 40,83% das mães estavam trabalhando e 36,67% dos pais (cf. gráficos 10 e 11).

Gráfico 10 – MÃE



■ Sim □ Não ■ Sem Informação

Gráfico 11 – PAI



Antes do ingresso no programa B-E, o trabalho entre as mães era de 52,5% e entre os pais, de 33,34% (cf. gráficos 12 e 13).

Gráfico 12 – MÃE

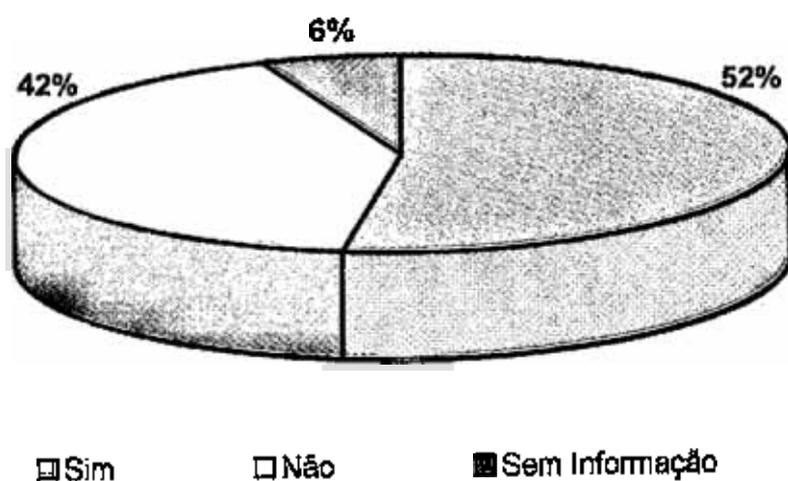
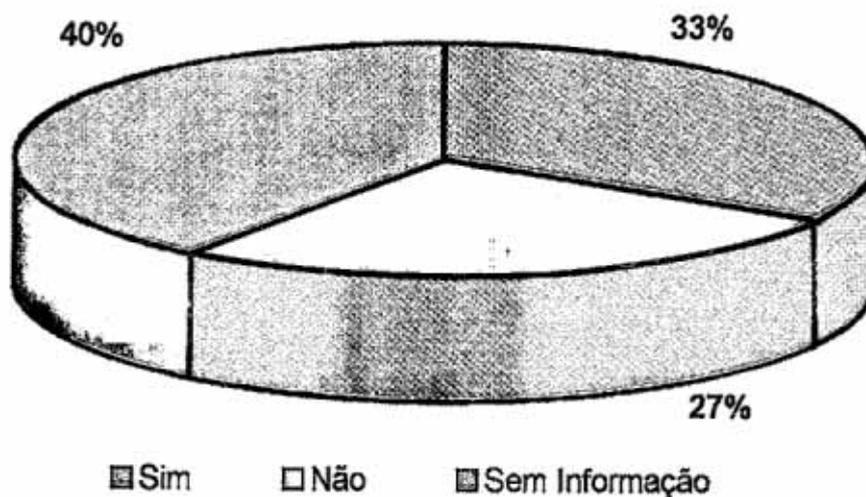


Gráfico 13 – PAI



O trabalho da criança antes do ingresso no programa B-E foi de 14,16%; depois e durante o recebimento do benefício, a porcentagem caiu para 6,67%, conforme informações da criança, denotando baixo índice do trabalho infantil no Distrito Federal. (cf. gráficos 14 e 15).

Gráfico 14 – Antes da Bolsa-Escola

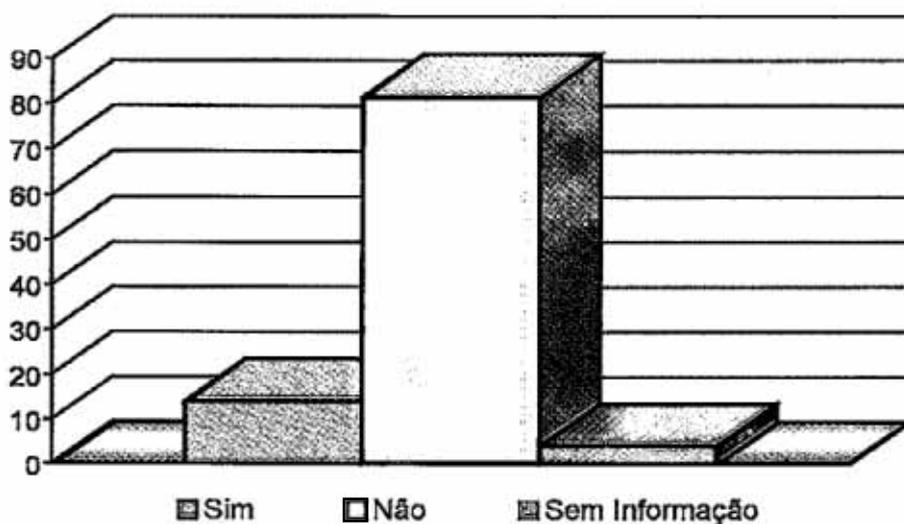
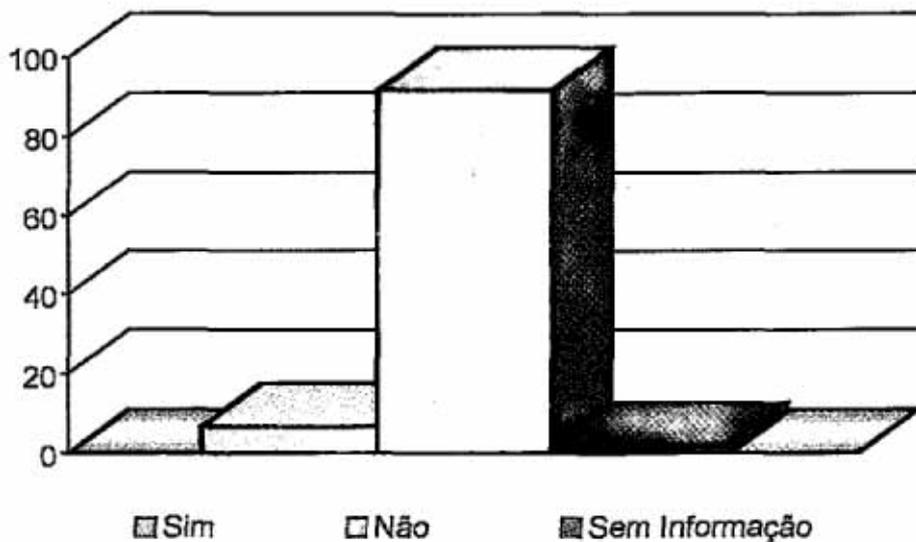


Gráfico 15 – Depois e durante a Bolsa-Escola



As retiradas do dinheiro do programa Poupança-Escola (P-E), de acordo com as determinações legais foram constatadas em 15% dos casos (cf. tabela 5)

Tabela 5

RETIRADA DE DINHEIRO P – E					
SIM		NÃO		SEM INFORMAÇÃO	
N	%	N	%	N	%
18	15	92	76,67	10	8,34

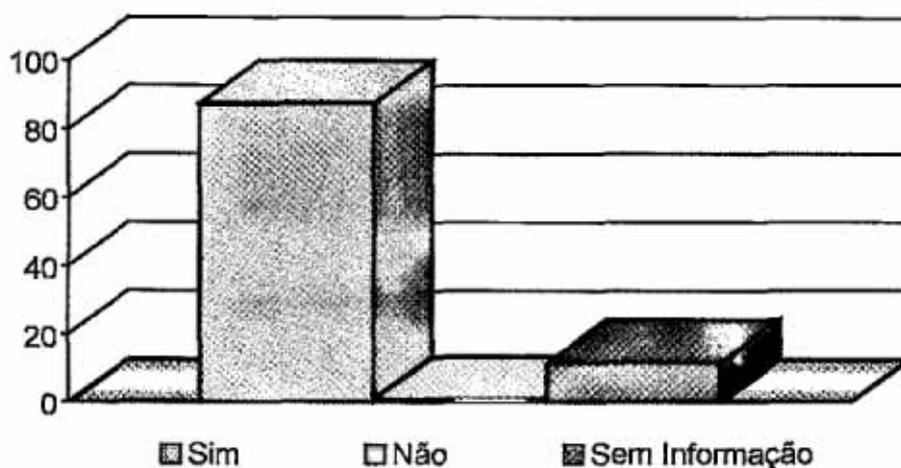
90,84% das mães atribuíram valor à P-E para a continuidade dos estudos dos filhos (cf. tabela 6).

Tabela 6

UTILIDADE DA P – E PARA CONTINUAR ESTUDOS					
SIM		NÃO		SEM INFORMAÇÃO	
N	%	N	%	N	%
109	90,84	6	5	5	4,16

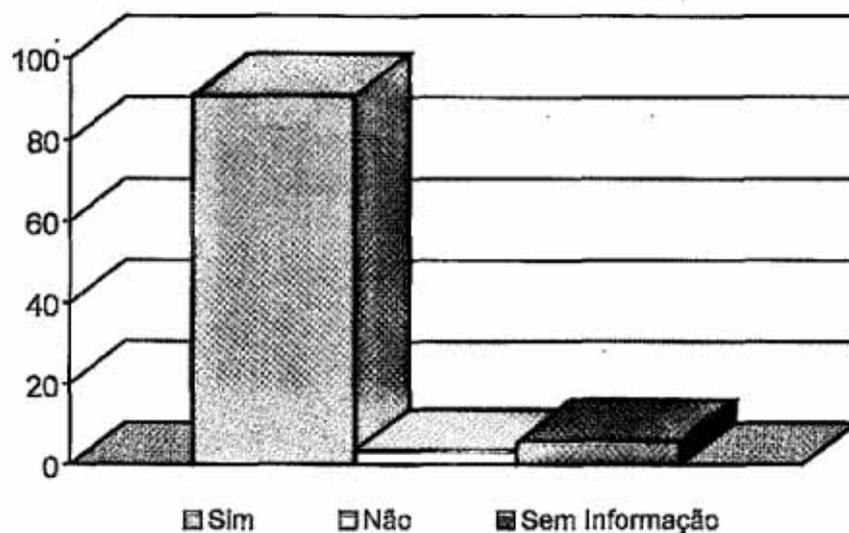
De modo geral, as mães desejam o curso superior para os filhos em 87,5% dos casos, atribuindo importância para um futuro melhor (cf. gráfico 16).

Gráfico 16 – Informação das Mães



Entre as crianças, o desejo de ir para a Universidade foi de 90,84% dos casos (cf. gráfico 17)

Gráfico 17 – Informação das Crianças



A profissão mais desejada para o filho foi a de médico em 18,34% das mães (cf. gráfico 18), mas entre as crianças, a profissão mais desejada foi a de professor (cf. gráfico 19).

Gráfico 18 – Segundo as Mães

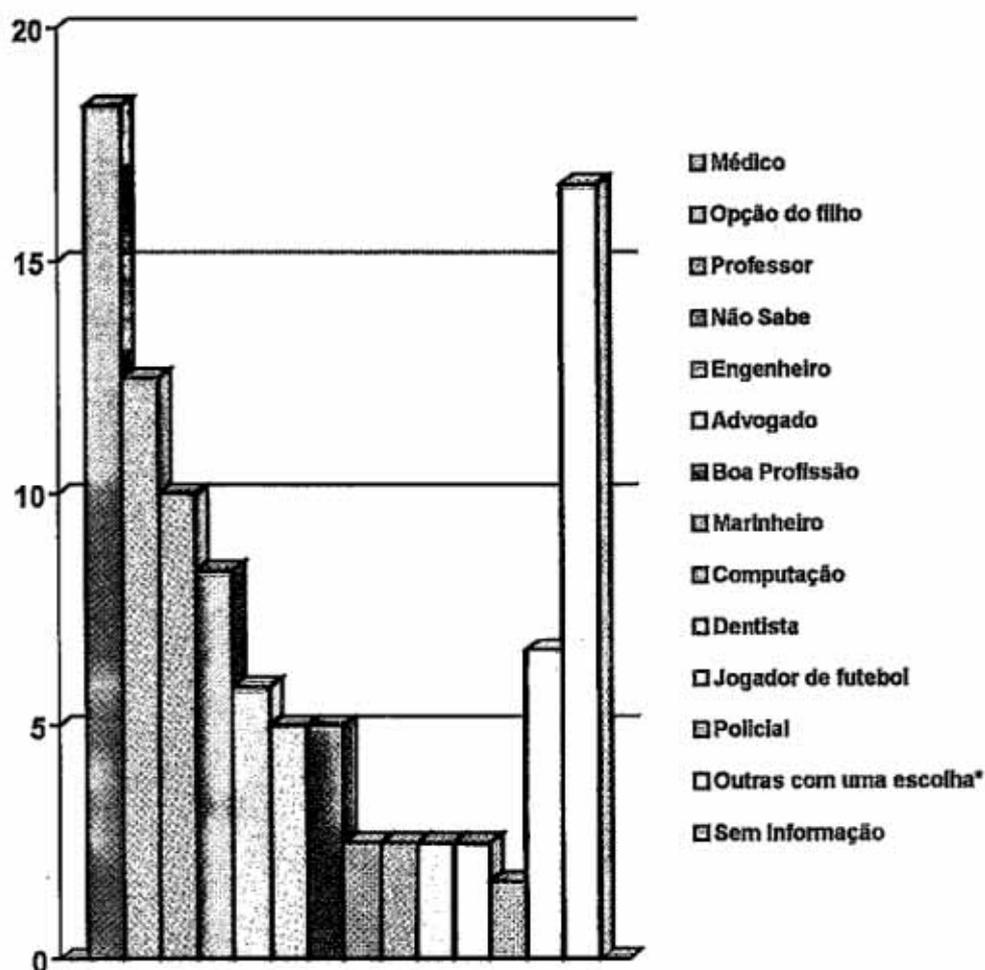
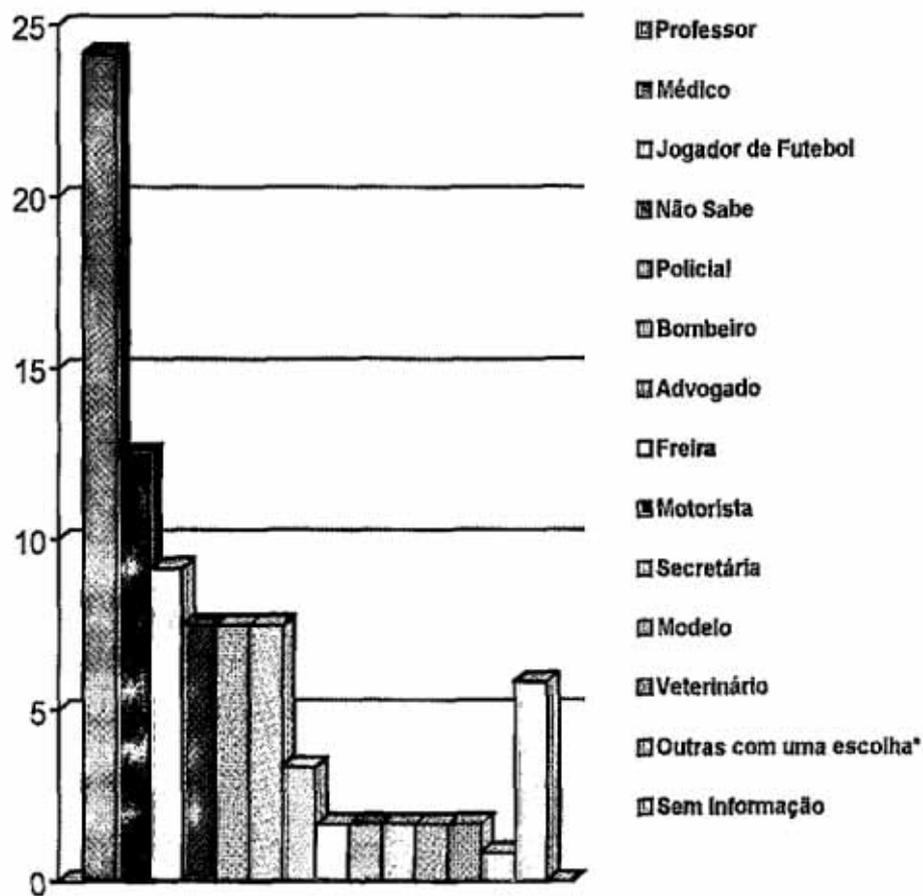


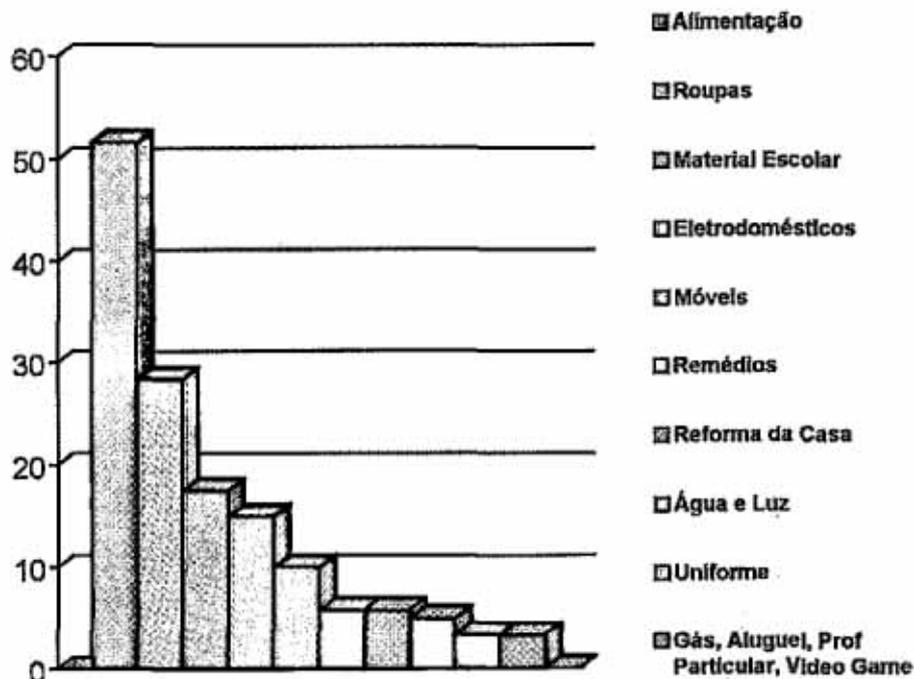
Gráfico 19 – Segundo as Crianças



As profissões com uma única escolha foram: atriz, cientista, militar, cobrador de ônibus, gerente de banco, piloto de caça, delegado, operador de micro, mecânico, agrônomo, juiz, dentista, trabalhador, telecomunicações, técnico em eletrônica,, cantor, psicólogo, marinheiro, analista de sistema e enfermeira.

A utilização do dinheiro do programa B-E foi predominantemente com alimentação (51,66%), conforme entrevista das mães (cf. gráfico 20).

Gráfico 20



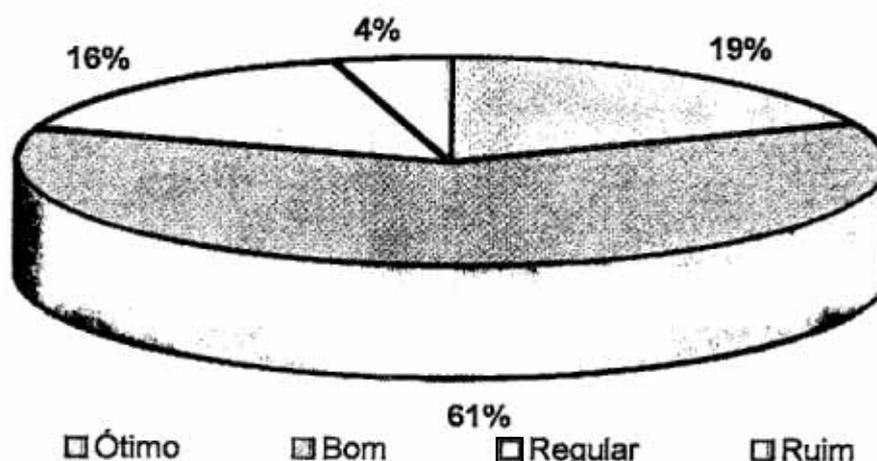
A avaliação do programa por parte das mães constatou que 55% delas consideraram o programa bom e 34% acharam que precisa melhorar com justificativas desde o aumento do valor do benefício, melhorar as condições da bolsa e do professor até a melhor pesquisa da real situação financeira das famílias (cf. tabela 7).

Tabela 7

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA B- E					
BOM		PRECISA MELHORAR		SEM INFORMAÇÃO	
N	%	N	%	N	%
66	55	41	34	13	11

Considerando-se o funcionamento atual do programa B-E, as opiniões dos diretores(as) se distribuíram numa escala de intervalos entre ótimo (19%), bom (61,36%), regular (16%) e ruim (4,5%) (cf. gráfico 21).

Gráfico 21



As justificativas foram tanto positivas quanto negativas. Dentre as justificativas negativas, alguns acharam que há famílias desligadas sem motivos, falta suporte nas escolas para melhorar o andamento dos trabalhos, o programa não abrange todos os necessitados, a seleção é feita de modo errado e o uso do dinheiro é inadequado, o programa é falho por exigir somente frequência escolar.

As justificativas positivas variaram desde a adequação do programa que funciona, o pai obriga a criança a frequentar a escola, uma vez que estando na sala de aula a criança aprende, até a satisfação das necessidades básicas da família, com a mãe preocupada com o filho.

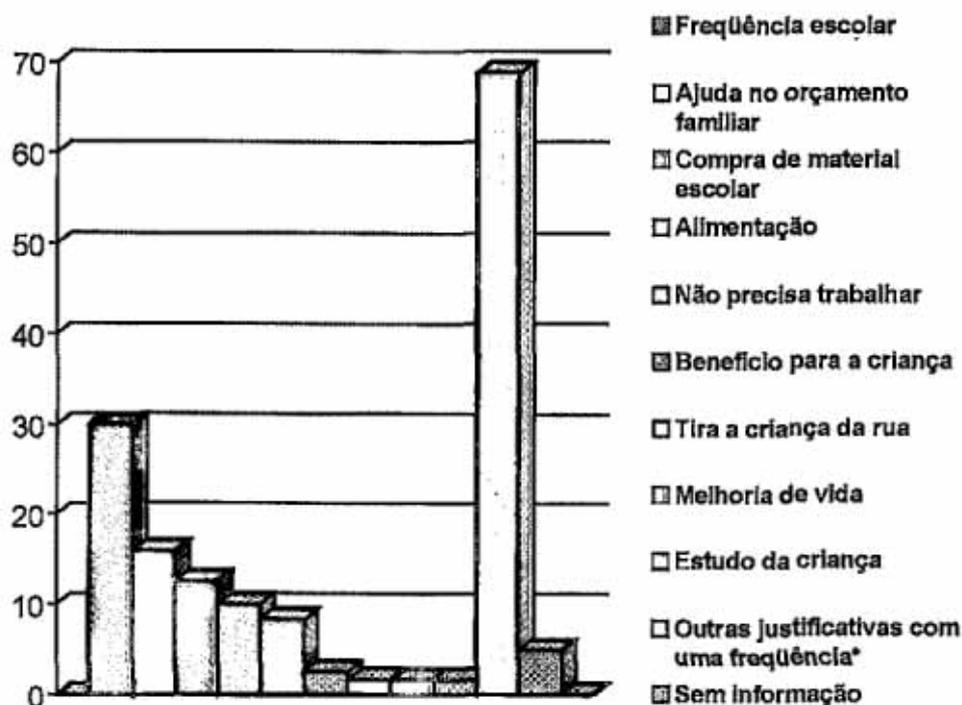
As vantagens mais acentuadas do programa B-E, pelos diretores(as), foram: compromisso do aluno e da família para com a escola; queda da evasão escolar; melhora das condições de vida; tira a criança da rua e do trabalho obrigatório; diminui a violência e melhora o nível de vida.

Dentre as desvantagens, ainda do ponto de vista dos diretores(as) destacaram-se: desligamentos por motivos banais; acomodação dos pais que não querem melhorar as condições de vida; o projeto cobra apenas a frequência escolar e se destina apenas a quem estuda; desvio do dinheiro dos objetivos do programa; o aluno vem para a escola obrigado sem interesse pelo estudo; a escola não está preparada para receber uma clientela que não conhece limites e nem noções de convivência social; necessidade de acompanhamento mais efetivo das famílias; melhor capacitação dos visitadores sociais; falta de informações dos pais, dos(as) professores(as) e até dos(as) diretores(as); falta pesquisa para maior triagem; frequência da criança mesmo doente; a escola não participa da seleção das famílias.

As opiniões relativas à melhora do programa B-E foram variadas, girando ao redor de alguns pontos: instalação de sistema "on line" entre as escolas, as Divisões Regionais de Ensino (DRE) e a Secretaria de Educação; melhorar os critérios de seleção; visitas mais frequentes às famílias; assistência social; pesquisa; melhor controle; substituir os cortes do auxílio pelo trabalho de assistência social; melhor informação aos pais; acompanhamento efetivo das famílias para maiores esclarecimentos; exigir bom desempenho na aprendizagem; exigir obrigatoriedade dos pais às reuniões; cursos de formação para pais; ampliação do programa; critérios mais justos para os cortes e seleção das famílias.

Segundo os(as) professores(as), as vantagens da B-E são: frequência escolar (30%), ajuda no orçamento familiar (15,8%); compra de material escolar (12,5%), alimentação (10%), a criança não precisa trabalhar (8,33%), benefício para a criança (1,66%); tira a criança da rua (1,66%), etc. (cf. gráfico 22).

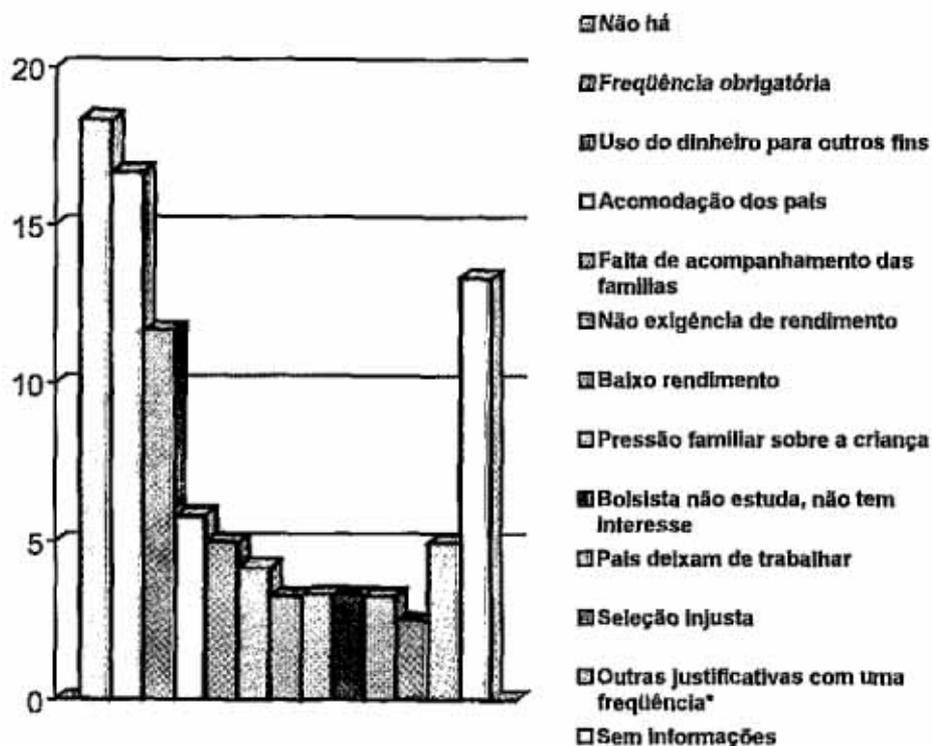
Gráfico 22 – Vantagens da Bolsa – Escola



*Justificativas relativas às vantagens com uma frequência num total de 13 (68,89%): fonte de renda, alunos bolsistas passam ser iguais aos não bolsistas; nenhuma; todas; mais um incentivo; ajuda nas compras; positivo; alimentação e material escolar; supre necessidades; há maior interesse pelo estudo; cidadania; vantagens para a família, não para a criança; responsabilidade e compromisso dos pais para com a escola (68,89%). A falta de informações relativas às vantagens foi de 5% (seis casos).

As desvantagens da B-E, segundo os(as) professores(as) se referem à alta frequência escolar obrigatória (16,67%), ao uso do dinheiro para outros fins (11,67%), acomodação dos pais (5,84%, etc. (cf. gráfico 23).

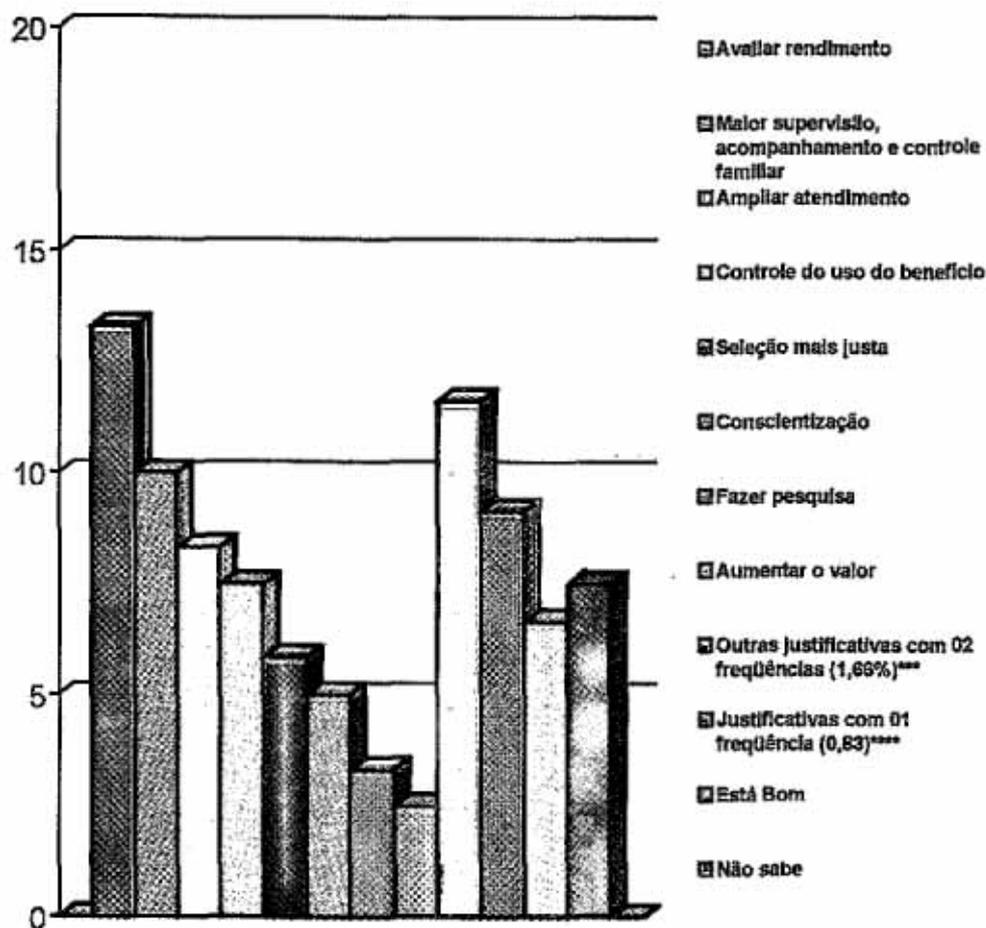
Gráfico 23 – Desvantagens da Bolsa-Escola



**justificativas relativas às desvantagens com uma frequência num total de seis (4,98%): deveria ser para todas as crianças; falta pesquisa; há discriminação com as crianças bolsistas; a maior responsabilidade é do aluno e não da família; vira meio de vida; pouco dinheiro. A falta de informações relativas às desvantagens foi de 13,34% (16 casos).

A melhora da B-E, para os(as) professores(as), refere-se à avaliação escolar (13,3%), maior supervisão, acompanhamento e controle familiar, etc. (cf. gráfico 24).

Gráfico 24 – Como melhorar a Bolsa-Escola



***Justificativas relativas a como melhorar o programa B-E com 02 frequências num total de sete (11,62%): levantamento das famílias; avaliação mais rígida; oferecer material escolar; oferecer cesta básica; benefício apenas para fins escolares; não exigir 100% de frequência; maior envolvimento da família.

A frequência escolar, na base de 90% foi uma variável que provocou muitas opiniões contraditórias. Enquanto para alguns(mas) professores(as) e diretores(as) a frequência obrigatória tira a criança da rua ou do trabalho, para outros representa grande encargo para a criança que chega a vir para a escola mesmo

doente. Comparando a frequência do aluno bolsista com o não-bolsista as diferenças são grandes: enquanto o bolsista apresenta frequência obrigatória de 90% a 100%, o não bolsista apresenta uma frequência média de 70% a 90%. (cf. gráficos 25 e 26)

Gráfico 25 – Bolsista – Frequência

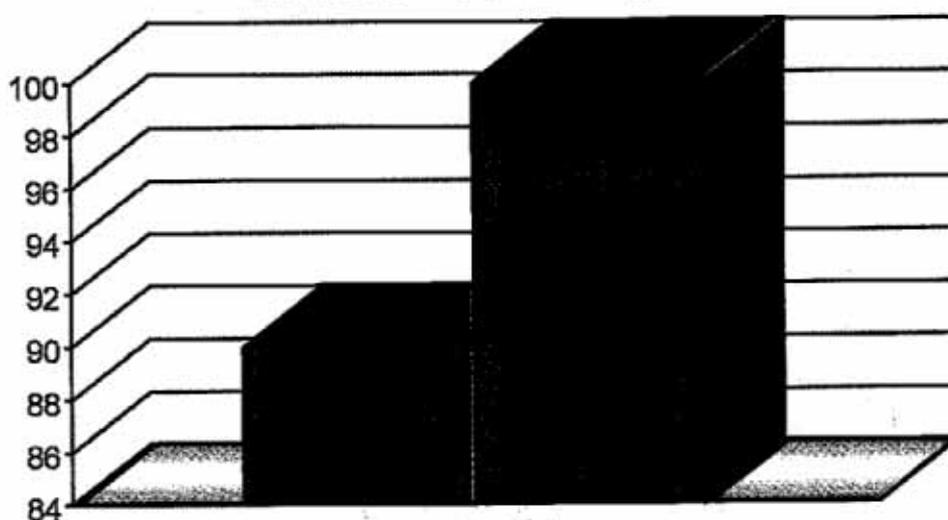
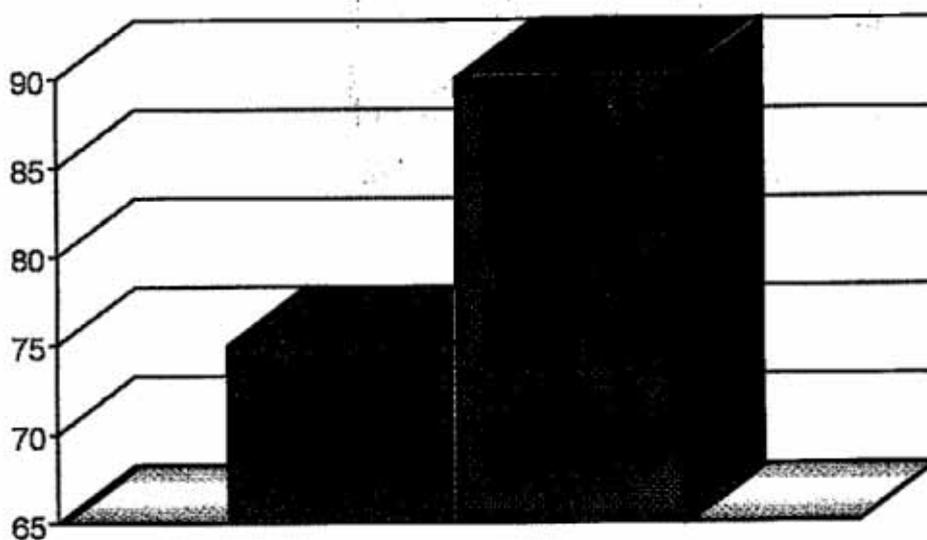


Gráfico 26 – Não Bolsista – Frequência



Considerando-se a auto-estima e aceitação da criança bolsista pelos colegas não-bolsistas, bem como o respeito dos vizinhos pelas famílias engajadas no programa B-E, algumas informações merecem destaque.

Constatou-se que 38,34% das mães sentiram-se mais respeitadas pelos vizinhos, justificando que passaram ter mais amigos, recebendo mais visitas e podendo ajudar os vizinhos em lugar de pedir ajuda. Entretanto, 45,84% delas acharam que não houve diferença entre antes e depois do ingresso no programa B-E.

Considerando-se as crianças bolsistas, 19,17% delas sentiam-se iguais aos colegas (cf. tabela 8).

Tabela 8

COMO A CRIANÇA SENTE-SE PERANTE AOS COLEGAS		
DESCRIÇÃO	N	%
Igual, indiferente	23	19,17
Bem	15	12,5
Normal, continua a mesma pessoa	12	10
Nunca comenta com os colegas	11	9,17
Não sabe	7	5,84
Melhor	3	2,5
Triste	2	1,67
Triste porque os colegas não recebem B- E	1	0,83
Feliz	1	0,83
Sem informações	45	37,5

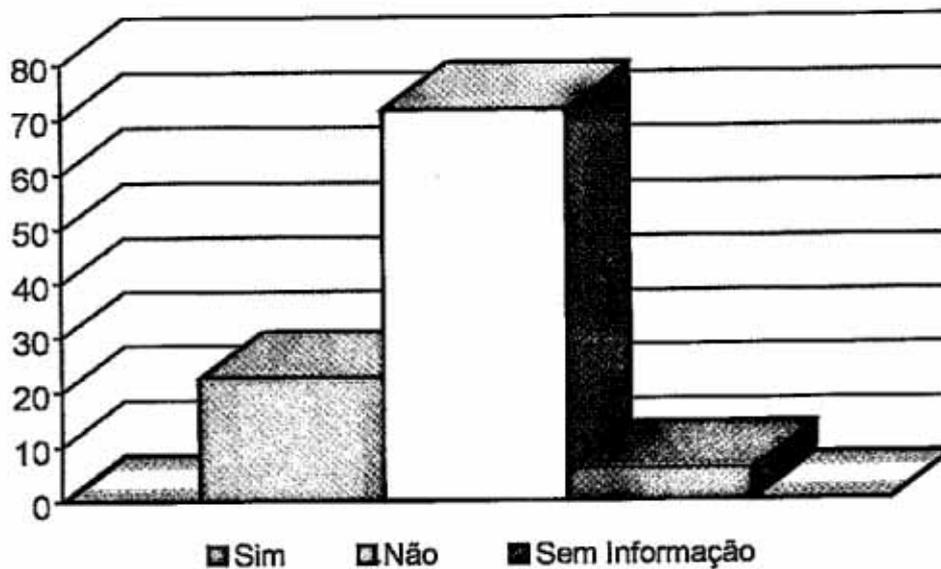
Os professores(as) não notaram diferenças entre as crianças na escolha dos bolsistas pelos seus colegas não-bolsistas para grupos de brinquedos ou de estudos (cf. tabela 9).

Tabela 9

ESCOLHA DO BOLSISTA PARA GRUPOS DE ESTUDO E DE BRINQUEDO															
Sim		Não		Indifer.		S/Inform.		Sim		Não		Indifer.		S/Inform.	
N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
90	75	13	10,83	9	7,5	8	6,66	90	75	12	10	9	7,5	9	7,5

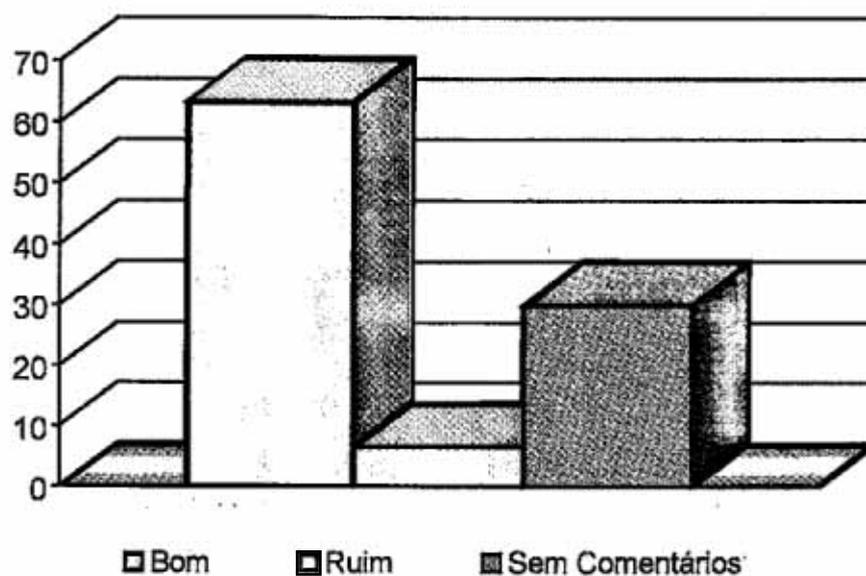
Considerando-se a auto-estima da criança bolsista, observou-se que 22,5% delas fizeram mais amigos após o ingresso na B-E, mas 71,66% acharam que não houve diferença (cf. gráfico 27).

Gráfico 27 – Mais amigos após Bolsa – Escola



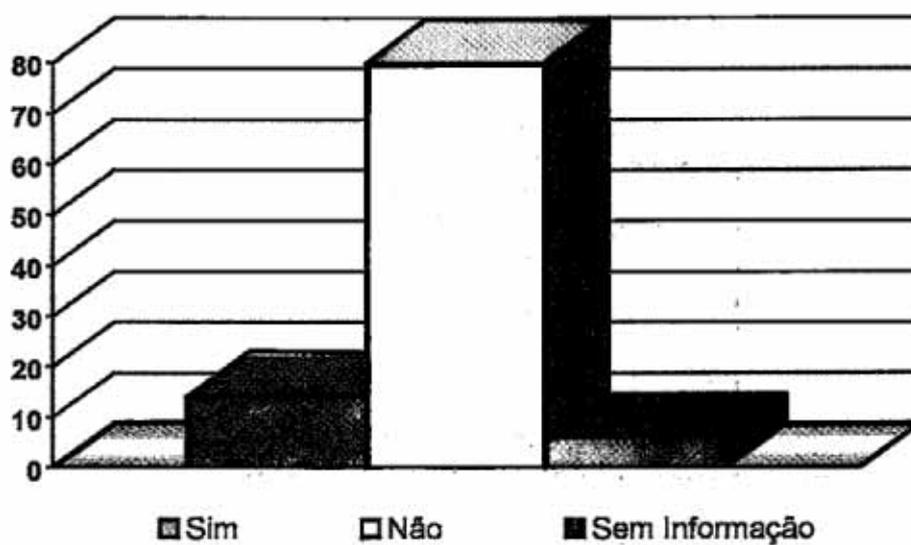
Quanto às opiniões dos colegas não-bolsistas sobre o programa B-E, 63,34% das crianças bolsistas consideraram-nas positivas. (cf. gráfico 28).

Gráfico 28 – Opinião dos colegas sobre a Bolsa – Escola



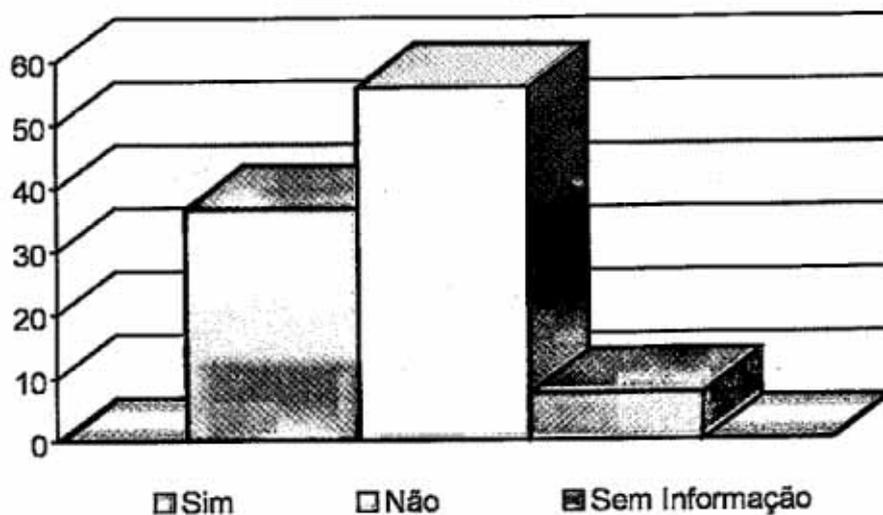
Em 80% dos casos, os bolsistas não se sentiam diferentes dos não-bolsistas (cf. gráfico 29).

Gráfico 29 – Criança sente-se diferente



Contudo, 36,67% dos bolsistas passaram a sentir-se mais importantes (cf. gráfico 30).

Gráfico 30 – Criança sente-se importante



A conscientização da importância do estudo parece ter atingido as mães como um todo. Em 87,5% dos casos desejaram o curso superior para os filhos (cf. gráfico 31).

Gráfico 31 – Informação das Mães

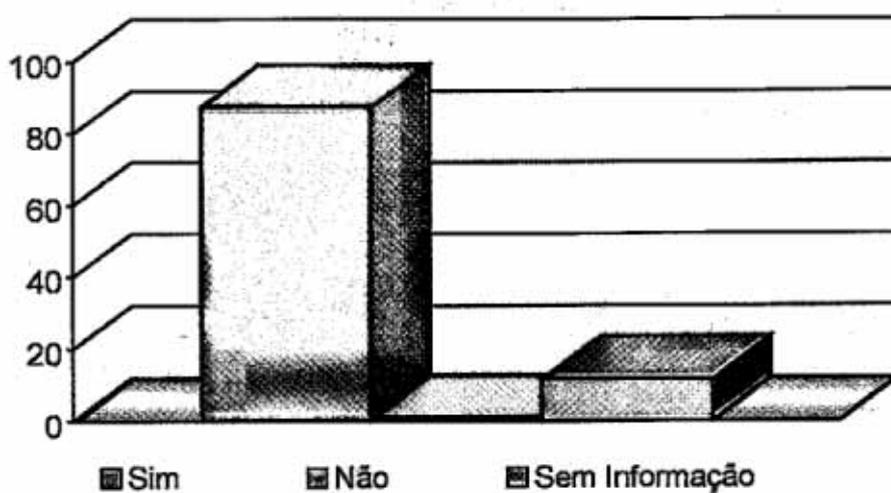
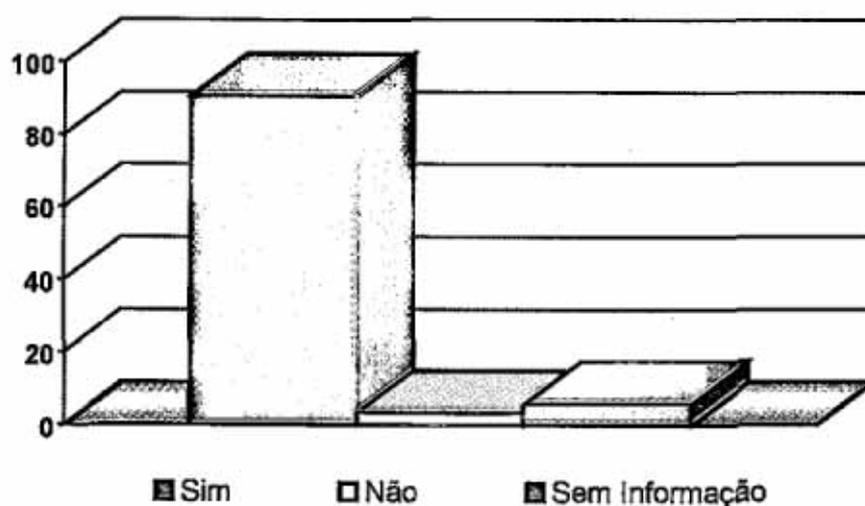


Gráfico 32 – Informações das Crianças



As crianças, apesar do caráter humilde da profissão dos pais (cf. tabela 10), apresentaram desejo de ir para a Universidade, com a profissão de professor e de médico como as mais escolhidas (cf. gráfico 19).

Tabela 10

PROFISSÃO DO PAI		
Profissão	N	%
Pedreiro	24	20
Vigia	6	5
Carpinteiro	3	2,5
Eletricista	2	1,67
Serviços gerais	2	1,67
Biscateiro	2	1,67
Vendedor de carros	2	1,67
Outras profissões com 01 escolha	1	0,83
Sem informações	55	45,83

As profissões com uma freqüência (0,83%) entre os pais foram: açougueiro, mecânico, serralheiro, carroceiro, garagista, caseiro, pintor, jardineiro, autônomo, SLV, motorista, encarregado de limpeza, encanador, marceneiro, agricultor, encarregado de obras, piscineiro, caldeira (14,94%).

As crianças elegeram outros modelos de identificação, já que o grau de escolaridade dos pais foi predominantemente o Ensino Fundamental Incompleto (cf. gráfico 32).

Finalizando esta apresentação dos resultados, alguns aspectos merecem destaque, não raro com algumas contradições.

De modo geral, o benefício do programa B-E atingiu as famílias em todos os sentidos, segundo as mães (97%). A utilização do dinheiro foi predominantemente com alimentos (51,60%), mas os gastos com eletrodomésticos (15%) quase foram equiparados aos do material escolar (17,5%). Já os gastos com os uniformes situaram-se em nível da ínfima porcentagem de 3,33% (cf. gráfico 31).

O programa B-E apresenta critérios específicos tanto para a seleção das famílias como para a permanência nele, onde a frequência escolar é traço predominante, mas não o rendimento escolar. A criança vai para a escola quase sempre obrigada, sem interesse pelo estudo, mas mesmo assim é reforçada com um salário mínimo ao final de cada ano, com retiradas parceladas ao final da quarta e da oitava séries do Ensino Fundamental e ao final do segundo grau. Ocorre aí certa contradição: de um lado o programa B-E não exige rendimento escolar e, do outro, o programa Poupança-Escola (P-E) reforça a aprendizagem sem critérios objetivos para tal prêmio. As crianças com problemas de aprendizagem eram colocadas em classes de integração sem tempo determinado, não sendo aprovadas e nem reprovadas e, mesmo assim, ao final do ano letivo um salário mínimo era depositado em sua poupança. O rendimento foi constatado como sendo baixo (CESGRANRIO, 1999)⁹, chegando ao ponto de alguns(mas) diretores(as) declararem não estar a escola preparada para receber tal clientela, o que causa certo espanto por se tratar de escola pública. As mães reivindicaram a melhora do programa e dos(as) professores(as).

O comodismo dos pais, que não se esforçam para melhorar as condições de vida, parece não corresponder exatamente à falta

⁹ O rendimento escolar dos alunos foi avaliado por uma pesquisa paralela realizada pela Fundação CESGRANRIO que constatou em todas as situações o rendimento escolar inferior da criança bolsista (Brasília, 1999).

de interesse por tal crescimento, mas exigência legal do próprio programa Bolsa-Escola. A condição para permanecer no programa estava ligada tanto à frequência escolar de 90% a 100% quanto à permanência da família em estado de carência econômica, não podendo ter renda superior a meio salário mínimo "per capita" familiar.

Logo, tais contradições merecem a atenção das políticas públicas endereçadas à educação.

Mesmo assim, quase todas as crianças almejaram o curso superior, com as profissões mais desejadas sendo as de professor e de médico (cf. gráficos 18 e 19, p. 56 e 57).

De modo geral as perspectivas de vida foram altas, mas a educação de baixa qualidade parece não se adequar à clientela tanto de bolsistas quanto de não-bolsistas, cujo índice de reprovação escolar atinge nível de 40% por mais de dez anos em todo o país.

Conclusões

O programa B-E parece ter atendido as necessidades básicas de alguns que não tiveram oportunidades educacionais, já que o programa não é extensivo a todas famílias carentes. Contudo, as desvantagens mencionadas pelas mães, pelos(as) professores(as) e pelos(as) diretores(as) foram várias, apesar das vantagens especificadas.

As mães sugeriram recadastramento das famílias e verificação dos verdadeiros necessitados, reivindicando cesta básica e expansão do programa para outras famílias carentes.

Os(as) professores(as), apesar de acentuarem a frequência escolar como vantagem (30%), alguém dentre eles mencionou ser a vantagem para a família e não para a criança, dadas as responsabilidades colocadas sobre seus ombros. Logo, o alto índice de frequência escolar, entre 90% e 100%, a não exigência do rendimento escolar bem como o mau rendimento, a pressão exercida pela família sobre a criança foram traços pontuados pelos(as) professores(as) como desvantajosos.

Os(as) diretores(as) acentuaram as vantagens relativas ao maior compromisso do aluno e da família para com a escola, mas notificaram também desvantagens, como a acomodação dos pais que não se esforçavam para melhorar as condições de vida e a não exigência do rendimento escolar. Contudo, a exigência legal para a família permanecer em estado de carência econômica justifica tal comodismo, sem contar o alto nível de desemprego no Distrito Federal.

Quanto ao trabalho dos pais antes e depois do recebimento do benefício B-E, as diferenças foram pequenas (12% das mães deixaram de trabalhar após o recebimento do benefício), acentuando-se que o verdadeiro responsável pela família é a mãe, uma vez que 32,5% dos pais não foram localizados e nem obtidas informações.

O trabalho da criança antes e depois do benefício situou-se em nível baixo (cf. gráficos 14 e 15, p. 53 e 54). O trabalho infantil é pouco explorado nas regiões carentes do Distrito Federal e 83,33% das crianças bolsistas já estavam na escola antes do ingresso no programa B-E.

De modo geral, a maioria dos pais desempregados ou fora do lar não serviu de modelo para os filhos sonhando com a universidade, mas que não dispõem de escola adequada que possa permitir a realização de tal sonho. A escola ativa, nos parâmetros de Pestalozzi, Decroly, Dewey e Piaget tem sido abandonada em favor de uma escola "verbalista" que não está cuidando do desenvolvimento do pensamento lógico-matemático da criança. A psicogenética, na linha da escola de Genebra, demonstrou que a coordenação de ações é a base e o início da construção dos significados, reconstruídos em diferentes níveis do desenvolvimento, cuja verbalização objetiva verdadeiro processo de ressignificação.

SEGUNDA PARTE DA PESQUISA: FAMÍLIAS LIGADAS AO PROGRAMA BOLSA-ESCOLA

Resultados e Discussão

O impacto social causado pelos desligamentos foi investigado em função de diferentes variáveis: motivos dos desligamento, canais de informações da Secretaria da Educação; visitas de funcionários da B-E; continuidade no recebimento da Poupança-Escola após o desligamento do programa B-E; renda familiar "per capita"; reavaliação das famílias desligadas; utilização do dinheiro quando recebia o benefício B-E; opinião sobre o funcionamento dos programas B-E e P-E e possíveis melhoramentos; as condições de trabalho do marido (empregado/desempregado); reações da mãe, dos filhos e do marido perante o corte do benefício; desejo de ser reavaliada; encargos familiares relativos a idosos, crianças desnutridas de até seis anos de idade, dependente sob proteção especial ou sob liberdade vigiada; atitude dos vizinhos e sentimento de vergonha perante a frustração da família ao perder o benefício, possíveis discriminações sofridas pelos filhos e pela família e intensidade da perda do benefício.

Os motivos dos desligamentos variaram desde a mudança do Distrito Federal (13,33%), denúncias de vizinhos (12,22%), faltas do dependente às aulas (11,12%) até o uso de drogas (2,22%). As justificativas foram as mais variadas, como: marcação política, não pegar o benefício por falta de tempo, tirar a criança da escola e possuir boas condições de vida (cf. tabela 1).

Tabela 1

MOTIVOS DE DESLIGAMENTOS		
DESCRIÇÃO	N	%
Mudança do Distrito Federal	12	13,33
Denúncia dos vizinhos	11	12,22
Faltas de escola	10	11,12
Não sabe	6	6,67
Dependente completou 15 anos	6	6,67
Dependente desistente	5	5,56
Não foi desligada	5	5,56
Não foi contemplada	4	4,45
Nunca participou do programa	3	3,33
Drogas/Faltas	2	2,22
Outros motivos com uma freqüência	1	1,11* (total: 14,43)
Sem informações	11	12,22
Total	90	100

Outros motivos com uma única freqüência num total de 13 casos: marcação política; casa própria; não teve folga do trabalho para pegar o benefício; transferência de escola; tirou o filho da escola; possui telefone; possui boa residência; dependente não mora com a mãe; dependente mora com o pai; filho usufrui de bolsa do colégio Marista; funcionário da B-E achou que a família era rica; possui antena parabólica; possui carro.

Cabe acentuar que muitos cortes ocorreram dois ou três meses após o ingresso no programa, com o benefício sendo recebido por famílias possuindo carro, antena parabólica, telefone e boa moradia.

Os canais de informações da Secretaria da Educação foram desde as denúncias (27,78%) até a constatação da não retirada do benefício no banco (1,11%). Constatou-se, contudo, a existência de famílias que não foram desligadas apesar de consideradas como tais (5,55%) ou que nunca receberam o benefício (4,44%) (cf. tabela 2).

Tabela 2

COMO A SECRETARIA DA EDUCAÇÃO SOUBE		
DESCRIÇÃO	N	%
Denúncia	25	27,78
Mudança GDF	5	5,56
Não pegou o benefício por 03 meses	1	1,11
Outros*	41	45,55
Sem informação	9	10
Não foi desligada	5	5,56
Nunca recebeu B-E	4	4,44
Total	90	100

A denúncia foi o canal mais freqüente de informação da Secretaria da Educação (27,78%).

Os casos das famílias não desligadas e consideradas como tais foram sendo gradativamente constatados no decorrer da coleta de dados, uma vez que inicialmente, ao considerar-se os motivos que levaram ao desligamento, constatou-se apenas 5,55%, mas esta porcentagem elevou-se para 8,88% ao final da coleta de dados.

Considerando-se as visitas de funcionários da B-E às famílias que foram desligadas do programa B-E, ressaltou-se o fato delas terem consciência dos objetivos ligados apenas à verificação de denúncias, além das visitas por ocasião do cadastramento (cf. tabela 3).

Tabela 3

VISITAS DE FUNCIONÁRIOS DA BOLSA – ESCOLA					
SIM		NÃO		SEM INFORMAÇÃO	
N	%	N	%	N	%
41	45,55	34	37,78	15	16,67

45,55% das famílias desligadas receberam visitas dos funcionários da Bolsa-Escola, justificando: as visitas foram para verificar denúncias ou conferir dados.

Das famílias desligadas, somente 7,78% tiveram seus filhos recebendo o benefício da Poupança-Escola (P-E) após o desligamento do programa B-E (cf. tabela 4).

Tabela 4

O FILHO CONTINUOU A RECEBER O BENEFÍCIO DA POUPANÇA – ESCOLA APÓS O CORTE DA BOLSA – ESCOLA					
SIM		NÃO		SEM INFORMAÇÃO	
N	%	N	%	N	%
7	7,78	69	76,66	14	15,55

A renda familiar atingiu maior porcentagem de famílias com rendimento inferior a R\$50,00 “per capita” (42,22%), constando-se também 16,67% de famílias sem renda alguma e nenhuma com renda acima de R\$300,00. Todas as justificativas giraram ao redor do desemprego e da doença de membros da família (cf. tabela 5).

Tabela 5

RENDA MENSAL “PER CAPITA”		
INTERVALOS	N	%
Abaixo de R\$ 50,00	38	42,22
De R\$ 51,00 a R\$ 100,00	17	18,88
De R\$ 101,00 a R\$ 200,00	4	4,45
De R\$ 201,00 a R\$ 300,00	1	1,11
Acima de R\$ 300,00	0	0
Não tem renda	15	16,67
Sem informação	15	16,67
Total	90	100

Considerando-se a solicitação para a reavaliação, apenas 37,78% fizeram tal pedido versus 43,34% que não o fizeram. As justificativas dos desistentes variaram: ficou chateada e não foi atrás; não tinha esperança; não sabia; não procurou mais, não quis ou não teve tempo; pediu mas não foi atendida; procurou várias vezes sem solução (cf. tabela 6).

Tabela 6

PEDIDO DE REAVALIAÇÃO					
SIM		NÃO		SEM INFORMAÇÃO	
N	%	N	%	N	%
34	37,78	39	43,34	17	18,88

Procurando-se reiterar os verdadeiros motivos levando à perda do benefício da B-E verificou-se que 67,77% das mães mencionaram as faltas às aulas pelo dependente, a melhoria de vida e a utilização inadequada do dinheiro recebido como benefício (cf. tabela 7).

Tabela 7

MOTIVOS QUE LEVAM À PERDA DA BOLSA-ESCOLA					
SIM		NÃO		SEM INFORMAÇÃO	
N	%	N	%	N	%
61	67,77	14	15,56	15	16,67

A utilização do dinheiro pelas famílias quando recebiam o benefício B-E foi predominantemente com alimentos (52%), material escola (41%), roupas (23,34%), água e luz (24,44%) e até IPTU (1,11%) (cf. tabela 8).

Tabela 8

UTILIZAÇÃO DO DINHEIRO DA BOLSA – ESCOLA		
ITENS	N	%
Alimentos	47	52
Material escolar	37	41
Roupa	21	23,34
Água	11	12,22
Luz	11	12,22
Calçado	10	11
Uniforme	5	5,56
Nunca recebeu	7	7,78
Compras da casa e coisas para o aluno	5	5,56
Recebeu só uma vez	2	2,23
IPTU	1	1,11
Aluguel	1	1,11
Escola	1	1,11
Colchão, roupa de cama	2	2,22
Não está desligada	1	1,11
Telefone	1	1,11
Remédio	3	3,34
Móveis	2	2,23
Total	90	100

Quanto a avaliação do funcionamento do programa B-E, o seguinte foi constatado: ajuda a criança e a família; ajuda a comprar o necessário; ajuda as famílias sem emprego; seria ótimo se fosse usado corretamente; tira a criança da rua e da miséria; necessita de fiscalização; incentiva o estudo, etc.

A avaliação do programa Poupança-Escola (P-E) constatou: melhora a vida de todos; cuida do futuro dos filhos; incentiva a conclusão dos estudos; um dinheiro a mais; ajuda na compra de livros e de comida, etc. Verifica-se certa indiferenciação entre o funcionamento dos dois programas "B-E e P-E", apesar da regulamentação legal diferente de ambos.

Os melhoramentos propostos para o programa B-E foram: melhor seleção; aumento do valor; estender-se para todas as famílias carentes do DF; melhor controle e não cortar de quem

precisa; oferecer mais informações; oferecer emprego; acompanhar e analisar as denúncias, etc.

Novamente constatou-se certa indiferenciação entre os objetivos dos programas B-E e P-E, pois o último existe em função do primeiro, apesar de possuir funcionamento com certa independência. Para a obtenção do benefício da Poupança-Escola a família necessita estar ligada ao programa da Bolsa-Escola, que tem seu término com o dependente completando 14 anos enquanto que o da P-E só irá terminar ao final do segundo grau. Na realidade, o benefício da P-E deveria ter como base o rendimento escolar com critérios objetivos de avaliação.

Quanto ao trabalho do pai, verificou-se alta taxa de desemprego (76,67%) (cf. tabela 9).

Tabela 9

O MARIDO ESTÁ TRABALHANDO		
DISCRIMINAÇÃO	N	%
Sim	21	23,33
Não	19	21,11
Separada do marido	8	8,88
Viúva	5	5,56
Solteira	7	7,78
Sem informação	30	33,34
Total	90	100

A quantidade de casos sem informações atingiu 33,34%, com uma porcentagem de maridos trabalhando de apenas 23,33%. Contudo, a porcentagem de mães separadas, viúvas e solteiras atinge 22,22%. Dificilmente aparecem as famílias que não estão desligadas, só contatadas com análise cuidadosa das entrevistas.

Na realidade, a família brasileira no Distrito Federal, de nível sócioeconômico baixo é chefiada pela mãe, segundo pesquisa orientada pela coordenadora do presente estudo sobre o

valorização do estudo por famílias de diferentes níveis sócioeconômico (Gomes, 1997). As reações aos cortes do benefício B-E objetivaram muita tristeza entre as mães (27,77%) e entre as crianças (33%). Entre os pais as reações foram mais de chateação (6,66%) do que de tristeza (cf. tabelas 10, 11 e 12)

Tabela 10

REAÇÃO DAS MÃES AO DESLIGAMENTO		
DISCRIMINAÇÃO	N	%
Tristeza	25	27,77
Revolta	8	8,88
Chateada	6	6,66
Chorou muito	5	5,55
Desesperada	3	3,33
Não sentiu nada	3	3,33
Desespero	2	2,22
Desamparada	3	3,34
Confiante que ainda iria receber	2	2,23
Nunca fui avisada, o dinheiro não estava no banco	2	2,23
Preocupada	2	2,23
Outros sentimentos com uma frequência por família	14	15,56
Sem comentários	15	16,67
Total	90	100

Os sentimentos predominantes foram de tristeza (27,77%) e de revolta (8,88%).

Tabela 11

REAÇÃO DOS FILHOS PERANTE O DESLIGAMENTO DA FAMÍLIA B- E		
DISCRIMINAÇÃO	N	%
Tristes	30	33,33
Chateados	8	8,88
Choraram muito	6	6,66
Revoltados	5	5,55
Decepcionados	3	3,33
Não ligaram	3	3,33
Não entenderam	3	3,33
Não se manifestaram	3	3,33
A pior possível, haviam feito planos	2	2,22
Não gostaram	2	2,22
Preocupados, as mães estavam desempregadas	2	2,22
Outros reações	8	8,88
Sem informações	14	15,56
Total	90	100

Outras reações foram: perguntaram "o por quê?"; filho esperava e não avisou a mãe; recusou-se a ir à escola; calado; aborrecido; achou ruim; saiu de Brasília; preocupado. Observa-se o efeito contrário do programa Bolsa-Escola: a criança recusa-se ir à escola.

Tabela 12

REAÇÃO DOS MARIDOS PERANTE O DESLIGAMENTO DA FAMÍLIA B-E		
DISCRIMINAÇÃO	N	%
Mães sem marido	8	8,88
Mães separadas	8	8,88
Mães viúvas	5	5,55
Chateados	6	6,66
Triste	4	4,44
Nenhuma reação (alcoólatras)	4	4,44
Não entenderam	3	3,33
Revoltados	3	3,33
Decepcionados	2	2,22
Outros reações	9	9,99
Sem informações	38	42,22
Total	90	100

Outras reações com uma frequência por família foram: achou ruim; ficou preocupado; aborrecido; já esperava; lutou para conseguir um emprego; ficou calado; sentiu ser injustiça; ficou humilhado; insatisfeito. Somando-se as mães sem marido, viúvas, separadas e com maridos alcoólatras há um total de 27,77% de mães dirigindo as famílias sozinhas. Acrescentando-se as faltas de informações, esta porcentagem se eleva para 69,99%.

De modo geral, 67,77% das famílias desligadas desejaram ser reavaliadas, apresentando justificativas variadas que giraram ao redor das dificuldades enfrentadas pelo seu estado de carência e taxa de desemprego (cf. tabela 13).

Tabela 13

DESEJA REAVALIAÇÃO					
SIM		NÃO		SEM INFORMAÇÃO	
N	%	N	%	N	%
61	67,77	10	11,11	19	21,11

67,77% das famílias desligadas desejam ser reavaliadas, apresentando várias justificativas: tenho outro filho que não falta, preciso muito; estou sem renda, passo necessidades; precisam constatar se preciso ou não; ganhamos apenas três salários; as crianças precisam voltar a estudar; foi muita injustiça; preciso muito, ganho apenas R\$50,00 para olhar quatro crianças; todos estão desempregados; quero receber visitas de funcionários da Bolsa-Escola para acreditarem no meu sofrimento, etc.

Considerando-se as prioridades para a seleção das famílias no ingresso do programa B-E constatou-se que 8,88% das famílias desligadas contavam com a presença de pessoas idosas em seus lares, 7,77% sustentavam crianças desnutridas com menos de 6 anos de idade, 2,22% contavam com dependentes sob proteção especial (um adolescente no CAGE e outro no presídio da Papuda) e 6,66% possuíam dependentes sob liberdade vigiada (cf. tabelas 14, 15, 16 e 17).

Tabela 14

SUSTENTO DE PESSOAS IDOSAS					
SIM		NÃO		SEM INFORMAÇÃO	
N	%	N	%	N	%
8	8,88	73	81,11	9	10

Tabela 15

PRESENÇA DE CRIANÇAS DESNUTRIDAS ATÉ 06 ANOS DE IDADE					
SIM		NÃO		SEM INFORMAÇÃO	
N	%	N	%	N	%
7	7,77	79	87,77	4	4,44

Tabela 16

PRESENÇA DE DEPENDENTES SOB PROTEÇÃO ESPECIAL					
SIM		NÃO		SEM INFORMAÇÃO	
N	%	N	%	N	%
2	2,22	79	87,87	9	10

Tabela 17

PRESENÇA DE DEPENDENTES SOB LIBERDADE VIGIADA					
SIM		NÃO		SEM INFORMAÇÃO	
N	%	N	%	N	%
6	6,66	75	83,33	9	10

Considerando-se o abalo da auto-estima das famílias perante o comentário dos vizinhos e sentimento de vergonha pela perda do benefício, verificou-se que 30% delas foram atingidas por comentários dos vizinhos, mas nem sempre maldosos, externando solidariedade. O sentimento de vergonha foi constatado em 23,33% das famílias atingidas pelo corte do benefício B-E. (cf. tabela 18).

Tabela 18

COMENTÁRIOS DOS VIZINHOS					
SIM		NÃO		SEM INFORMAÇÃO	
N	%	N	%	N	%
27	30	45	50	18	20

O sentimento de vergonha foi expresso de diferentes modos, como: fiquei magoada sem saber o motivo; fui buscar o dinheiro e não recebi; não posso ter mais nada; senti-me derrotada, inferior, etc. Contudo, alguns casos se manifestaram de modo oposto, como: não há do que me envergonhar, não tive culpa, etc. (cf. tabela 19).

Tabela 19

VERGONHA PERANTE A PERDA DO BENEFÍCIO BOLSA-ESCOLA					
SIM		NÃO		SEM INFORMAÇÃO	
N	%	N	%	N	%
21	23,33	58	64,44	11	12,22

A extensão do benefício a outras famílias carentes foi defendida por 85,55% dos casos entrevistados, com comentários relativos à organização do programa B-E, aos critérios na seleção e ao atendimento. Houve igualmente reconhecimento de que o governo do DF não teria dinheiro para atender o número crescente de crianças nascendo todos os dias no seio das famílias carentes (cf. tabela 20).

Tabela 20

AUMENTO DO ATENDIMENTO DA BOLSA-ESCOLA					
SIM		NÃO		SEM INFORMAÇÃO	
N	%	N	%	N	%
77	85,55	1	1,11	12	13,33

A discriminação dos dependentes foi constatada em 6,66% dos casos e algumas justificativas se referiram ao benefício como uma esmola do governo do DF. A não discriminação foi constatada em 81,11% dos casos (cf. tabela 21).

Tabela 21

DISCRIMINAÇÃO DOS FILHOS QUANDO RECEBIAM A BOLSA-ESCOLA					
SIM		NÃO		SEM INFORMAÇÃO	
N	%	N	%	N	%
6	6,66	73	81,11	11	12,22

A falta do benefício foi reiterada por 74,44% das famílias vítimas do corte do programa, alegando-se o desemprego, a falta de material escolar, o corte injusto, a volta da criança para a rua, o número grande de dependentes, o marido doente, a impossibilidade de manter os filhos na escola, a falta de alimento e a única fonte de renda (cf. tabela 22).

Tabela 22

BOLSA-ESCOLA ESTÁ FAZENDO MUITA FALTA?					
SIM		NÃO		SEM INFORMAÇÃO	
N	%	N	%	N	%
67	74,44	9	10	14	15,55

Perante os 43,34% de famílias desligadas que não solicitaram reavaliação mediante justificativas de "não correr atrás" ou "porque não quis" objetivam bem a ausência de necessidade premente do benefício.

Conclusões

Concluindo, as mesmas observações poderiam ser feitas aqui com relação aos critérios para a distribuição do salário relativo à Poupança-Escola e utilização do dinheiro de ambos os programas. Contudo 42,22% das famílias apresentaram renda "per capita" familiar inferior a R\$50,00, mas este estudo não solicitou comprovantes de tal renda. Na realidade o dinheiro foi gasto até com pagamento de IPTU (1,11%).

Contudo, resta a questão: como garantir a qualidade da educação sem a satisfação das necessidades primárias de uma vasta população carente excluída dos bens culturais e sem poder colaborar para o desenvolvimento de tal acervo?

Em um país de tradição católica, o auxílio e a solidariedade são valores aceitos e incentivados. Mas, como coordenar, dentro dos parâmetros de fato e de direito, os benefícios da renda mínima, uma educação de qualidade, o desenvolvimento tecnológico e as possibilidades de crescimento de cada um com a contribuição para o bem comum?

Trata-se de questão política complexa e abrangente, exigindo muita reflexão e muita ação, desde a reformulação dos cursos de pós-graduação em educação, essencialmente teóricos e sem ligação com a prática psicopedagógica e a pesquisa, com uma minoria se beneficiando deles, até a reformulação da prática pedagógica praticamente em esquecimento. Mas, para isto acontecer, as necessidades básicas precisam ser satisfeitas com oportunidades de trabalho, não nos esquecendo que este foi um dos pedidos de algumas famílias entrevistadas desligadas do programa.

Na realidade, a satisfação das necessidades básicas e educação de qualidade são dois pólos de uma mesma realidade, que se insere em um contexto mais geral de caráter socio-econômico e político.

Os dados realçaram um ponto crucial já objetivado na primeira parte do estudo: para permanecer recebendo o benefício é necessário que a família se mantenha em estado de miséria.

Como coordenar a distribuição do benefício e a melhora de qualidade de vida sem ferir a dignidade do beneficiado?

CONCLUSÕES GERAIS

Os defensores da renda mínima ou renda de cidadania fundamentam-se não apenas na história da própria humanidade, mas estão também preocupados com o destino daqueles que não foram beneficiados pela educação.

Perante as conseqüências dos avanços da tecnologia e da globalização da economia, com as desigualdades sociais causadas pela falta de educação e de saúde das camadas menos privilegiadas, muitos estão sendo excluídos dos bens culturais.

Contudo, o programa de renda mínima apresenta vantagens e desvantagens, dada a complexidade do perfil da personalidade do ser humano.

Associada à obrigatoriedade escolar, tal complexidade veio atingir a própria criança na situação de ensino e de aprendizagem que se viu obrigada a freqüentar a escola mesmo estando doente, perante as exigências de uma freqüência de quase cem por cento dos dias letivos. Além de ter-se transformado em arrimo da própria família, a criança viu-se obrigada a freqüentar uma escola onde os(as) próprios(as) diretores(as) declararam não haver condições para receber tal clientela sem limites no convívio social. O fato torna-se inusitado, pois se a escola pública não tem condições para realizar um trabalho de ensino e aprendizagem com crianças carentes, a questão permanece sem resposta: quem o teria?

O grande problema seria coordenar o rendimento escolar com tamanha pressão que a criança sofre dentro e fora da escola. Assim, não apresenta rendimento porque o programa B-E não exige, mas candidata-se a uma Poupança-Escola (P-E) que está premiando o rendimento com um salário mínimo ao final de cada ano. A situação indefinida da criança bolsista permanece entre o êxito reforçado pelo programa P-E e o fracasso escolar ignorado pelo programa B-E que, de acordo com o projeto paralelo da "Escola Candanga", colocou a criança em classes de recuperação

sem controle de quanto tempo deveria aí permanecer. A criança estava sendo reforçada pelo programa P-E sem apresentar o devido rendimento escolar, dado a ausência de critérios objetivos justificando tal premiação.

Contudo, seria o reforçamento extrínseco, se é que se pode assim denominar esta premiação mais por prêmios e castigos, e a pura repetição de conteúdos suficientes para garantir o rendimento escolar?

A construção do conceito é o centro de toda a aprendizagem, mas quando abordada em diferentes culturas apresenta aspectos quase ininteligíveis. A aprendizagem espontânea e autônoma é compreendida de modo completamente diferente, segundo se considere a tradição européia, Escola de Genebra com Piaget, a tradição russa com Makarenko e Vygotsky ou a tradição americana com Skinner e o behaviorismo de modo geral. Os aspectos socioculturais têm mostrado que o que Vygotsky denominou "conceitos científicos" são os conceitos aprendidos na escola. Quando se considera que a criança da antiga União Soviética ia para o berçário do Estado aos três meses de idade e com um ano e meio já havia sido treinada para controlar seu sistema de excreção para o treinamento em outras atividades, pode-se perceber que a espontaneidade e a autonomia, nos parâmetros ocidentais, não faziam parte do mundo desta criança. O treinamento da linguagem começava muito cedo, com as crianças colocadas em "chiqueirinhos" em diferentes alturas para facilitar o trabalho do pedagogo (Bronfenbrenner, 1973). Como o conceito científico para Vygotsky é aquele aprendido na escola (Scholnick, E. K., Nelson, K., Gelaman, S. A. e Miller, P. H., 1999), verifica-se que o considerado "espontâneo" é algo que surge após o treinamento e não antes; toda a lógica implícita na aprendizagem é algo que surgia posteriormente e não uma organização intrínseca do próprio comportamento em desenvolvimento. A repetição, a verbalização são a base da aprendizagem, apesar de se apregoar o ensino ativo, mas na realidade sem considerar a organização e a coordenação das ações como o início de toda a lógica da aprendizagem traduzindo o desenvolvimento.

Já numa tradição americana, a criança começa sendo colocada, em seus primeiros meses, em um quarto distante do da mãe, onde a independência e o individualismo começam ser reforçados extrinsecamente muito cedo. A família é a encarregada da educação. A repetição de padrões verbais, programados na base da associação de estímulos e de respostas, reforçados extrinsecamente segundo leis de aprendizagem, apresentam-se como base dos processos psicopedagógicos.

A tradição da Escola de Genebra, na esteira da escola ativa, preconiza a autonomia orientada e não o "laissez faire". A criança "quer o que faz, mas não faz o que quer". Focalizam os procedimentos da aprendizagem partindo de princípios psicogenéticos, que fundamentam a construção lógica do conhecimento. A lógica operatória parte da organização da própria ação que precede a linguagem oral, com início da separação entre significante e significado já nos primórdios da inteligência prática ou sensório-motora com o aparecimento do índice. O papel da linguagem, com o aparecimento da função simbólica é fundamental no processo de reconstrução de experiências com ressignificações. Pesquisas realizadas com crianças de Taguatinga, DF, por alunos do curso de Mestrado em Educação da Universidade Católica de Brasília – UCB e pela própria autora, demonstraram que a criança deficiente mental leve (DML), em grande parte é fabricação escolar (Monteiro, 1996; Ferrari, 1998).

Desta forma, o despreparo do(a) professor(a) liga-se não apenas a uma profissão pouco valorizada entre nós, mas em parte relaciona-se com os conflitos teóricos de caráter político e cultural. A escola está clamando por socorro e até que as teorias sejam provadas na prática de sala de aula e recebam dela confirmação e enriquecimento, o desenvolvimento tecnológico já avançou e a criança permaneceu no abandono. A falta de investimento e de seriedade da pesquisa em educação entre nós é algo que merece reflexão.

O despreparo da escola entre nós é de caráter endêmico. Não basta alimentar a faixa da população que perdeu o "trem da história" por falta de escolarização de qualidade; não basta

atualizar o supervisor ou coordenador escolar. É preciso preparar adequadamente o professor porque é ele que está em contato com a criança no dia a dia de sala de aula. Não é justo apregoar a autonomia da criança e negar a do professor, que necessita de mais preparo e não ficar recebendo informações daqueles que não mantêm contato com as crianças, mas trabalham fechados em gabinetes.

Logo, além da escola não dispor de recursos psicopedagógicos para atender a clientela considerada especial, a criança permanece fisicamente presente na sala de aula sem nenhuma motivação para aprender, dado o acúmulo de problemas em sua cabeça e uma prática pedagógica somente verbalizada.

A situação da família engajada no programa B-E não é diferente: para receber o benefício da B-E deverá permanecer em estado de miséria, pois se crescer economicamente deverá enfrentar a batalha para melhores condições de emprego, nem sempre tão garantidas quanto o salário mínimo da Bolsa-Escola.

De modo geral, grande parte das famílias entrevistadas, tanto as ligadas quanto as desligadas do programa B-E acentuaram a necessidade de melhor controle do benefício, tanto na seleção quanto no acompanhamento, bem como a necessidade de sua extensão para outras famílias carentes, pois do contrário os beneficiados passarão a constituir uma minoria de privilegiados.

Na realidade, a injustiça social em nosso país corre o risco de assumir aspeto de verdadeiro crime de genocídio, pois educação, saúde, respeito ao cidadão não têm sido tema de muita preocupação de nossas políticas públicas.

Será que o sistema representativo de governo está se tornando obsoleto perante as facilidades de comunicação entre governantes e governados, segundo as palavras de Aristóteles na Política? Ora, tal processo de comunicação direta entre o governo e o povo dispensa um sistema representativo democrático, cuja democracia começa nas urnas, mas parece que também termina aí.

Ora, se o povo não era importante, tal como queria Voltaire em pleno século XVIII, hoje ele tornou-se condição do

próprio desenvolvimento, tanto como consumidor quanto como produtor de bens culturais. Se a máquina substituiu a mão de obra operária desqualificada, canalizando os lucros para as mãos de poucos (donos da tecnologia), invertendo a revolução proposta por Marx, não deixa de ser verdade que um povo não educado é verdadeiro peso morto e perigo iminente para toda a sociedade. A nossa falta de segurança, a violência, o desrespeito à cidadania dos mais humildes não deixam de configurar verdadeiro descaso para com a educação e a saúde.

A satisfação das necessidades básicas poderá evitar parte da violência, mas precisa ser coordenada com a motivação para o próprio desenvolvimento. Caberá à norma jurídica encontrar as vias adequadas para tal coordenação.

Bibliografia

- ABRAMOVAY, M., ANDRADE, C., WAISELFISZ, J. J. (coord.). **Bolsa-Escola. Melhoria e Redução da Pobreza.** Projeto Conjunto UNESCO/UNICEF/PÓLIS. Brasil : Edições UNESCO. 1998.
- BRASIL. Governo do Distrito Federal – Secretaria da Educação / Fundação Educacional. **Manual de Execução dos Programas Bolsa-Escola e Poupança-Escola.** Brasília : Imprensa Gráfica da Fundação Educacional do Distrito federal. 1998.
- BRONFENBRENNER, U. **Two Worlds of Childhood: U.S. and U.S.S.R.** New York: A Tuchstone Book. Published by Simon and Schuster. 1972.
- FUNDAÇÃO CESGRANRIO. **Rendimento Escolar.** Brasília, DF. 1999. (pesquisa).
- FERRARI, E. M. M. *A Integração do Deficiente Mental Leve no Ensino Regular.* Dissertação de Mestrado em Educação, área de Ensino e Aprendizagem. Universidade Católica de Brasília – UCB. Brasília, DF. 1999.

- GOMES, G. M. P. *Família, Escola e Estudo. Valorização do Estudo por Famílias de Diferentes Níveis Socio-econômicos*. Dissertação de Mestrado em Educação, área de Ensino e Aprendizagem. Universidade Católica de Brasília – UCB. Brasília, DF. 1997.
- MONTEIRO, M. T. de Lima. A Construção das Operações e as Tabuadas. Congresso Internacional de Genebra pelo Centenário de Nascimento de Jean Piaget. **The Growing Mind**. Suíça. Genebra. September 14-18, 1996.
- MONTEIRO, M. T. de Lima et al. A Epistemologia Implícita no Programa Bolsa-Escola no Distrito Federal. 1997. **II Jornada de Produção Científica das Universidades Católicas do Centro-Oeste (II JPC-UCCO)**. 26-28 de outubro de 1998. Brasília, DF.
- PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO. Instituto de Estudos Especiais/UNICEF. **O Programa de Renda Mínima de Campinas**. UNICEF. 1997.
- SCHOLNICK, E. K., NELSON, K., GELMAN, S. A. & MILLER, P. H. (Editors) **Conceptual Development. Piaget's Legacy**. London, Mahwah, New Jersey. Lawrence Erlbaum Associates Publishers. 1999.

